XXII mipe

CIÊNCIA, TECNOLOGIA & SOCIEDADE

INOVAÇÃO UNIVERSITÁRIA:

O ELO ENTRE A INICIAÇÃO CIENTÍFICA E O PERFIL EMPREENDEDOR



ANAIS:

ISBN: 978-85-64736-23-8

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA
UNIFOR MG

FAPEMIG

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca UNIFOR-MG

M916 Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão: ciência, tecnologia & sociedade inovação universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor (22.: 2026 : Formiga, MG).

Anais / XXII Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão: ciência, tecnologia & sociedade inovação universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor / organizado por Ivani Pose Martins. – Formiga: UNIFOR-MG, 2026.

152 p.

ISBN: 978-85-64736-23-8

Catalogação elaborada na fonte pela bibliotecária
Regina Célia Reis Ribeiro – CRB 6-1362

Ivani Pose Martins
Organizadora

ANAIS ELETRÔNICOS

XXII Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão:

Ciência, Tecnologia & Sociedade

Inovação universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor

(RESUMOS)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FORMIGA-MG – FUOM
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG
Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - CEPEP
Formiga – MG
2026

© 2026 UNIFOR-MG
Os resumos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Revisores: Sandra de Almada Mota
Virgínia Alves Vaz

Disponível em: https://www.uniformg.edu.br

Endereço para correspondência:
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG
Mantenedora: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FORMIGA-MG - FUOM
Av. Dr. Arnaldo de Senna, n. º 328 - Palmeiras
Formiga – MG
CEP: 35.574-530
Telefax: (37) 3329-1400
E-mail: mipe@uniformg.edu.br

APRESENTAÇÃO

A publicação dos Anais da XXII Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão – MIPE representa mais do que o registro dos trabalhos apresentados em mais uma edição do evento. Representa a consolidação de um espaço construído, ao longo dos anos, para dar visibilidade ao conhecimento produzido no Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG e para aproximar ensino, pesquisa, extensão, inovação e sociedade.

Em sua vigésima segunda edição, a MIPE reafirma seu papel como um dos principais espaços institucionais de divulgação e compartilhamento da produção acadêmico-científica. Ao reunir estudantes, professores, pesquisadores e diferentes áreas do conhecimento, a Mostra possibilita que experiências desenvolvidas em projetos de pesquisa, iniciação científica, extensão e inovação ultrapassem os limites dos grupos e dos ambientes em que foram concebidas e sejam apresentadas, discutidas e compartilhadas com a comunidade acadêmica.

Cada trabalho reunido nestes Anais traduz um percurso. Por trás de cada resumo estão perguntas que deram origem a investigações, leituras, experimentos, atividades de campo, intervenções, análises, descobertas, dificuldades e aprendizados. Estão também o envolvimento de estudantes que experimentam diferentes formas de produzir conhecimento e o trabalho de professores que assumem a orientação como parte essencial da formação acadêmica.

A MIPE cumpre, nesse sentido, uma função que ultrapassa a divulgação de resultados. Ao proporcionar aos estudantes a experiência de sistematizar seus trabalhos, submetê-los à avaliação, apresentá-los publicamente e dialogar sobre seus resultados, contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico, da comunicação científica e da capacidade de transformar problemas e inquietações em conhecimento.

A XXII MIPE também evidencia a diversidade e a interdisciplinaridade que caracterizam a produção acadêmica do UNIFOR-MG. Diferentes cursos, áreas e perspectivas encontram-se em um mesmo espaço, demonstrando que os desafios contemporâneos exigem cada vez mais diálogo, integração de saberes e aproximação entre conhecimento científico e realidade social.

A realização das atividades de pesquisa e iniciação científica que dão origem a muitos dos trabalhos apresentados somente se torna possível por meio do

compromisso institucional e da construção de parcerias que reconhecem a importância da formação de novos pesquisadores. Nesse contexto, registramos nosso especial agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, à Fundação Educacional de Formiga – FUOM, ao Sicoob, à Agrical e à ICAL, pelo apoio por meio da concessão de bolsas de iniciação científica. Esse investimento permite que estudantes se aproximem da pesquisa de maneira efetiva, participem de todas as etapas do processo científico e vivenciem experiências que ampliam sua formação acadêmica, profissional e pessoal.

A concessão de bolsas representa, sobretudo, investimento em pessoas e na formação de uma cultura de investigação. Ao possibilitar que jovens pesquisadores desenvolvam seus primeiros projetos, aprendam a formular perguntas, interpretar resultados e comunicar descobertas, instituições públicas e organizações parceiras tornam-se parte de um processo cujos resultados ultrapassam a duração de cada projeto.

Nosso reconhecimento estende-se aos professores orientadores, avaliadores, coordenadores de cursos, equipes de apoio e a todos os profissionais envolvidos na organização da XXII MIPE. De maneira especial, agradecemos aos estudantes, protagonistas desta Mostra, que aceitaram o desafio de transformar suas experiências acadêmicas em conhecimento compartilhado.

Ao reunir estes trabalhos em seus Anais, o UNIFOR-MG preserva a memória da XXII MIPE e, simultaneamente, torna acessível parte da produção científica, extensionista e inovadora desenvolvida na Instituição. Mais do que registrar aquilo que foi realizado, esta publicação permite que ideias circulem, que experiências possam inspirar novos projetos e que perguntas encontradas ao longo do caminho deem origem a outras investigações.

Que estes Anais sejam, portanto, não apenas a memória de uma edição da MIPE, mas testemunho de uma instituição que acredita que ensinar também significa criar condições para perguntar, investigar, experimentar, compartilhar e transformar.

Dra. Ivani Pose Martins



AGRADECIMENTOS

O Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG, por intermédio da Coordenação Geral da Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão (MIPE), agradece aos professores que participaram da Comissão Científica, e da delicada tarefa de avaliar as apresentações dos trabalhos em sua 22ª edição, realizada nos dias 25 e 26 de agosto de 2026. Igualmente, a Coordenação agradece aos autores por acolherem os avaliadores de suas apresentações com discernimento e elevado espírito científico. Com reconhecimento, a Coordenação destaca os nomes dos professores que avaliaram os trabalhos.

Alex Magalhães de Almeida
Ana Paula de Lourdes Pfister
André Carvalho Costa
Andrei Pereira Pernambuco
Dâmaris Poliana Lacerda Vieira
Daniela Rodrigues de Faria Barbosa
Diequison Rite da Cunha
Enio Santos Gomes
Fabiano Santos Junqueira
Fábio Antunes Gonçalves
Fábio Vieira de Castro
Fernanda Maria do Couto
Heslley Machado Silva
José Luiz Giarola
Júlia Marques Oliveira
Juliana Costa Khouri
Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira
Kátia Daniela Ribeiro
Leonardo Borges Acurcio
Lígia Pelosi Mendonça
Lilia Rosário Ribeiro
Lucas Chaves Mascarenhas
Lucas Silveira Lopes
Luciane Alves Gianasi
Marcela Pereira Ferreira
Márcio Lopes Júnior
Mardem Leandro Silva
Maria Fernanda Lima Moura
Mariana Caroliny Ferreira
Nélida Reis Caseca Machado
Paulo Márcio Montserrat
Polliana Lúcio Lacerda Pinheiro
Telma da Mata Martins
Valter Ribeiro Lima Junior
Wellerson Costa Faria



Willyan Michel Ferreira

Layla Zorkot

Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira

Fabrícia Gontijo

Luciana Soares Rodrigues



SUMÁRIO

IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE FORMIGA (CCB-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2025/2026[1] 15

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE FORMIGA (IPC-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2025/2026[1] 17

CONFIABILIDADE DA ANÁLISE CINEMÁTICA BIDIMENSIONAL NO BIKE FIT: CONCORDÂNCIA INTRA E INTEREXAMINADOR EM CICLISTAS[1] 19

PERFIL DAS QUEIXAS MUSCULOESQUELÉTICAS RELATADAS POR CICLISTAS DE ESTRADA[1] 21

BIOINSUMOS MICROBIOLÓGICOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DOS AGRICULTORES NA MICRORREGIÃO DE FORMIGA-MG[1] 23

DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTOS PARA ANALISE SIMULTÂNEA DE FERRO-NIÓBIO E NIÓBIO-TÂNTALO E EMPREGANDO PLANEJAMENTO ESTATÍSTICO E REAÇÕES DE COMPLEXAÇÃO[1] 25

GREENWASHING NA PUBLICIDADE: ANÁLISE DOS LIMITES DA PROTEÇÃO CONSUMERISTA BRASILEIRA FRENTE ÀS PRÁTICAS ENGANOSAS DE MARKETING AMBIENTAL[1] 27

PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR HIPERVULNERÁVEL PELO CDC[1] 29

AS LIMITAÇÕES DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NO DIREITO PRIVADO: AUTONOMIA PATRIMONIAL E O RIGOR DA TEORIA MAIOR[1] 30

DANO MORTE: UMA NOVA ESPÉCIE DE REPARAÇÃO NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO[1] 32

GAMIFICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: ENTRE A MOTIVAÇÃO SUSTENTÁVEL E OS RISCOS AO ENGAJAMENTO CORPORATIVO[1] 34

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À MORTE DIGNA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA ORTOTANÁSIA NO BRASIL[1] 36

A ANISTIA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 6.683/1979[1] 38

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: O EQUILÍBRIO ENTRE PRIVACIDADE, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À INFORMAÇÃO EM TEMPOS DE VIGILÂNCIA DIGITAL[1] 40

O IMPACTO DA CONDUTA DA VÍTIMA NA RESPONSABILIDADE CIVIL: COMO O

ISBN: 978-85-64736-23-8



COMPORTAMENTO DA VÍTIMA PODE EXCLUIR OU MITIGAR A REPARAÇÃO[1] 42

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO[1] 44

A FACULTATIVIDADE (OU OBRIGATORIEDADE) DO EXAME CRIMINOLÓGICO NA PROGRESSÃO DE REGIME: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 112 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)[1] 46

A ATUAÇÃO DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA EFICÁCIA DA POLÍTICA DE COTAS[1] 48

O ELEMENTO VOLITIVO COMO CRITÉRIO DISTINTIVO ENTRE DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO[1] 49

A PROVA DO DOLO NO DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL: O DESAFIO DA SUBJETIVIDADE E A VEDAÇÃO À PRESUNÇÃO[1] 51

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: CUMPRIMENTO DE PENA POR PESSOA TRANS[1] 53

ESTÁGIO ACADÊMICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO FUTURO OPERADOR DO DIREITO NO CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA - UNIFOR-MG[1] 55

A MODULAÇÃO DE EFEITOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS Nº 363.852 E Nº 718.874[1] 57

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA (LEI N°11.340/2006)[1] 59

O SPRAY DE PIMENTA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE A PROTEÇÃO PREVENTIVA E A RESPOSTA SIMBÓLICA DO ESTADO[1] 61

CRIME IMPOSSÍVEL: ANÁLISE JURÍDICA DO ARTIGO 17 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO[1] 63

LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DA MULHER NO BRASIL[1] 65

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA PRESA NO BRASIL[1] 67

DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A INEFETIVIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE[1] 69

A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER NO

ISBN: 978-85-64736-23-8



PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO[1] 71

A EXPANSÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NA RESPONSABILIDADE CIVIL BRASILEIRA[1] 73

A RESPONSABILIDADE PENAL NOS ESPORTES RADICAIS: A DISTINÇÃO ENTRE DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE NO CASO DO ROPE JUMP EM LIMEIRA/SP[1] 75

LEGÍTIMA DEFESA E ESTADO DE NECESSIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO[1] 77

O LIVRAMENTO CONDICIONAL NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: ENTRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO E A PROTEÇÃO DA SOCIEDADE[1] 79

O PODER DE TRIBUTAR E A LIBERDADE DE PLANEJAR: A EC n.132/2023 À LUZ DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA[1] 81

FRAUDES BANCÁRIAS CONTRA IDOSOS: VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR E RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS[1]. 83

AUTONOMIA PRIVADA DO PACIENTE E A ORTOTANÁSIA: DIREITO OU DEVER DE VIVER?[1] 85

LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO QUANTO AO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NO BRASIL[1] 87

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, MOTIVAÇÕES E VARIÁVEIS DE TREINAMENTO DE CORREDORES DE RUA DE UMA REGIÃO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS[1] 89

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E LABORAL DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: ESTUDO TRANSVERSAL[1] 91

USO DE EXTRATOS ORGÂNICOS NA INDICAÇÃO DE PH DO SOLO PARA FINS AGRÍCOLAS[1] 93

POTENCIAL CITOGENOTÓXICO DO CHÁ DE *PHYLLANTHUS NIRURI* AVALIADO PELO BIOENSAIO *ALLIUM CEPA*[1] 95

NANOPARTÍCULAS DE COBRE NO MANEJO DA CERCOSPORIOSE DO CAFEEIRO[1] 97

POTENCIAL AGRONÔMICO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS CONTENDO CÁLCIO E MAGNÉSIO NA CORREÇÃO DA ACIDEZ E NO DESENVOLVIMENTO DA SOJA[1] 99

ANÁLISE MORFOMÉTRICA COMO SUBSÍDIO AO DIAGNÓSTICO DE RISCOS DE ENCHENTES DA FAZENDA LARANJO, PEDRA DO INDAIÁ-MG[1]..... 101

SAÚDE OCULAR NA ESCOLA: AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACUIDADE

ISBN: 978-85-64736-23-8



VISUAL DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORMIGA-MG[1]... 103

ESTUDO DA UTILIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRONÔMICA DE FERTILIZANTE MINERAL MISTO EM CULTURAS AGRÍCOLAS[1]..... 105

CONFORMIDADE DOS CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS (CAR) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MATA CAVALO, FORMIGA-MG[1] 107

HORTA URBANA: INOVAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE EM FORMIGA-MG[1]..... 109

CONEXÃO CAFÉ: A PONTE ENTRE A UNIVERSIDADE E O CAFEICULTOR[1] 111

DOR NO JOELHO EM CICLISTAS: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS EM ESTUDO TRANSVERSAL DE GRANDE ESCALA[1] 113

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE O ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE PELO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO[1]..... 115

FATORES ASSOCIADOS À REFRATARIEDADE DA CICATRIZAÇÃO EM CÃO ACOLHIDO EM CENTRO PÚBLICO DE DEFESA ANIMAL: RELATO DE CASO[1] 116

AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO DE EQUINOS ATLETAS SUBMETIDOS À PROVA DE TRÊS TAMBORES: PARÂMETROS FISIOLÓGICOS COMO INDICADORES DE DESEMPENHO E BEM-ESTAR[1]..... 118

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ESCORPIONISMO EM MINAS GERAIS (2019-2023): ASSOCIAÇÃO COM DETERMINANTES SOCIAIS E CARACTERIZAÇÃO DOS ÓBITOS[1]..... 120

ESCORPMAP: FERRAMENTA DIGITAL PARA VIGILÂNCIA E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS DE ESCORPIÕES EM BAMBUÍ, MINAS GERAIS[1] 122

DIAGNÓSTICO DA MASTITE BOVINA EM PROPRIEDADES LEITEIRAS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS: RESULTADOS DE AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA[1] 124

ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA DO LEITE CRU CAPTADO NA REGIÃO DE FORMIGA-MG NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026[1] 126

AVALIAÇÃO CITOLÓGICA DE BAÇO EM CÃO POSITIVO PARA LEISHMANIOSE[1] 128

PERDAS GESTACIONAIS EM UM PROGRAMA COMERCIAL DE PRODUÇÃO *IN VITRO* DE EMBRIÕES BOVINOS[1]..... 130

ESCORPIONISMO URBANO EM BAMBUÍ (MG): ANÁLISE INTEGRADA DA

ISBN: 978-85-64736-23-8



TENDÊNCIA TEMPORAL, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E PRESENÇA DO VETOR[1] 132

PROJETO “ARTE QUE REINVENTA”[1] 134

O TANGRAM COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DA GEOMETRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL[1] 136

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID[1] 138

APRENDER FAZENDO: A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS VOLTADOS AO PROTAGONISMO DOS ALUNOS[1] 140

ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO E JOGOS EDUCATIVOS: ESTRATÉGIAS PARA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL[1] 142

A LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VYGOTSKY E DAS PRÁTICAS DO PIBID PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL[1] 144

A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE ATÍPICA: MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)[1] 146

DESEMPENHO CLÍNICO DE UMA NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PROBIÓTICOS EM CÃES COM DIARREIA: ESTUDO CLÍNICO, RANDOMIZADO, DUPLO-CEGO E CONTROLADO POR PLACEBO[1] 148

A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA[1] 150

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA NO MERCADO DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES SOCIAIS, JURÍDICAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS[1] 152

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA CRÍTICA EM TEMPOS DE DESINFORMAÇÃO: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19[1] 154

ISBN: 978-85-64736-23-8



IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE FORMIGA (CCB-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2025/2026[1]

Letícia Fernandes[2]; Maria Eliza Maia Rabelo[3]; Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira[4].

[1]Resultados parciais do projeto aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão das bolsas pelo Sicoob-Credifor;
[2]Graduanda em Ciências Contábeis, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: leticiaarmy9@gmail.com;
[3]Graduanda em Administração, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: mariarabelo1702@gmail.com;
[4]Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A cesta básica, composta por alimentos e produtos considerados essenciais à manutenção da vida, configura-se como um importante indicador do poder aquisitivo da população e das condições concretas de reprodução social. A mensuração de seu custo em âmbito municipal possibilita identificar, com maior precisão, as variações regionais de preços, evidenciando particularidades econômicas do território e fornecendo subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, a avaliação do Custo da Cesta Básica no município de Formiga-MG (CCB-FGA) permite caracterizar e quantificar a dinâmica socioeconômica local, especialmente quanto ao poder de compra da população e ao acesso aos bens essenciais destinados à subsistência. **Objetivo**: O objetivo deste trabalho foi mensurar e divulgar mensalmente (entre os dias 10 e 15) o CCB-FGA no município de Formiga-MG entre agosto/2025 e julho/2026 (últimos doze meses). **Métodos**: O CCB-FGA foi obtido a partir dos treze produtos e suas respectivas provisões mensais, definidos para a Região 1 (Minas Gerais e outros estados), conforme Decreto-Lei nº 399 de 1938, incorporando o Decreto nº 11.936, publicado em 5 de março de 2024, dispondo sobre a composição da cesta básica *de* alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Para efeito de comparação, utilizou-se a cidade de Belo Horizonte-MG como referência. **Resultados**: Nos últimos 12 meses, o valor médio da cesta básica em Belo

ISBN: 978-85-64736-23-8



Horizonte (CCB-DIEESE) foi de R$ 752,55, enquanto o CCB-FGA foi de R$ 682,23. A diferença média em termos percentuais foi de 10,31% a menos para o CCB-FGA comparado a Belo Horizonte. **Conclusão**: O CCB-FGA apresentou valor inferior ao observado na capital mineira, em razão da proximidade com as áreas de produção agrícola, que reduz custos de transporte e logística, além da existência de estruturas mercadológicas menos competitivas. Nas capitais, a maior demanda, o maior poder aquisitivo da população e os elevados custos operacionais, como aluguéis e remunerações, contribuem para a elevação dos preços dos alimentos, refletindo-se em uma cesta básica mais onerosa. Essas diferenças estruturais e econômicas entre municípios do interior e capitais justificam a variação dos preços da cesta básica.

Palavras-chave: variação de preços; IPC; Formiga-MG.

Os autores agradecem ao Sicoob-Credifor pela concessão das bolsas de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE FORMIGA (IPC-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2025/2026[1]

Maria Eliza Maia Rabelo[2]; Letícia Fernandes[3]; Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira[4].

[1]Resultados parciais do projeto aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão das bolsas pelo Sicoob-Credifor;
[2]Graduanda em Administração, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: mariarabelo1702@gmail.com;
[3]Graduanda em Ciências Contábeis, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: leticiaarmy9@gmail.com;
[4]Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A mensuração das variações dos preços observadas nas diferentes categorias de bens e serviços constitui instrumento fundamental para a análise do comportamento dos mercados, a identificação de tendências macroeconômicas e a avaliação da evolução do poder aquisitivo da população. No Brasil, a inflação oficial é mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cuja metodologia e execução da coleta de dados são de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com abrangência nacional. Entretanto, em razão de sua natureza agregada, o IPCA pode não refletir adequadamente as oscilações de preços em âmbito local, as quais são representadas de forma mais precisa por indicadores regionais, como o Índice de Preços ao Consumidor de Formiga (IPC-FGA). **Objetivo**: O objetivo deste trabalho foi mensurar e divulgar mensalmente (entre os dias 10 e 15) o IPC-FGA no município de Formiga-MG entre agosto/2025 e julho/2026 (últimos doze meses). **Métodos**: O IPC de Formiga-MG (IPC-FGA) foi obtido a partir das fórmulas empregadas pelo IBGE no cálculo do IPCA; os fatores de impacto (pesos) de cada item foram adaptados a partir de Belo Horizonte-MG. Mensalmente, entre os dias 01 e 08, coletaram-se os preços médios de 209 itens, divididos em 9 grupos, nos estabelecimentos de maior relevância econômica da cidade. **Resultados**: O IPCA-Brasil acumulou um alta de +4,64% nos últimos 12 meses, ou seja, +3,36% só no ano de 2026; já o IPC-FGA acumulou uma alta de +4,67% nos últimos 12 (doze) meses; +3,66% só no ano de 2026.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Conclusão: O IPCA-Brasil esteve muito próximo do IPC-FGA entre agosto/2025 e junho/206. Em 2026, o grupo "Transportes" foi o principal responsável pela elevação da inflação local, ao passo que, em 2025, o maior impacto decorreu do grupo "Alimentação e Bebidas", evidenciando uma alteração na composição das pressões inflacionárias entre os períodos analisados. Embora tanto o IPCA quanto o IPC-FGA mensurem a inflação para famílias com rendimento de até 40 salários-mínimos, a percepção da inflação é condicionada às especificidades do consumo local, fazendo com que famílias sejam afetadas de maneira distinta pelas variações de preços.

Palavras-chave: variação de preços; IPC; Formiga-MG.

Os autores agradecem ao Sicoob-Credifor pela concessão das bolsas de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



CONFIABILIDADE DA ANÁLISE CINEMÁTICA BIDIMENSIONAL NO BIKE FIT: CONCORDÂNCIA INTRA E INTEREXAMINADOR EM CICLISTAS[1]

Izabely Arantes Santos[2]; Miguel Victor Silva Sousa[3]; Andrei Pereira Pernambuco[4].

[1]Resultados totais do projeto, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda do curso de Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: izabelyarantessantos@gmail.com;
[3]Graduando em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG; E-mail: miguels00us@gmail.com;
[4]Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: pernambucoap@ymail.com.

RESUMO

Introdução: A análise cinemática bidimensional tem sido amplamente adotada no *bike fit*, por oferecer uma alternativa prática, acessível e de baixo custo aos sistemas tridimensionais. No entanto, sua confiabilidade depende de procedimentos relacionados ao examinador, incluindo a seleção do quadro do vídeo (frame), a identificação dos marcos anatômicos e a mensuração dos ângulos articulares. **Objetivo**: Avaliar a confiabilidade intra e interexaminador das medidas angulares cinemáticas obtidas por meio da análise bidimensional em ciclistas, sob condições que simulam a prática real de *bike fit*. **Métodos**: Este estudo metodológico duplo-cego incluiu 51 ciclistas avaliados enquanto pedalavam em suas próprias bicicletas montadas em um rolo de treinamento. Os vídeos foram gravados em ambiente controlado e analisados de forma independente por dois examinadores treinados utilizando o *software* Kinovea®. Cada examinador avaliou todos os vídeos em duas rodadas distintas, com intervalo de três meses entre as avaliações. As variáveis analisadas foram flexão plantar, extensão do joelho, flexão do joelho, flexão do tronco, flexão do quadril, ângulo da axila (*armpit angle*) e Knee Over Pedal Spindle (KOPS). A confiabilidade foi avaliada por meio do coeficiente de correlação intraclasse (ICC), erro padrão de medida (SEM), mudança mínima detectável (MDC), coeficiente Kappa ponderado e análise de Bland–Altman. **Resultados**: A confiabilidade intra e interexaminador variou de moderada a excelente para as variáveis contínuas (0,665 ≤ ICC ≤ 0,985). Maior confiabilidade e menor erro de medida foram observados para a flexão do quadril, flexão do tronco

ISBN: 978-85-64736-23-8



e ângulo da axila, enquanto as variáveis relacionadas ao joelho apresentaram maior variabilidade em algumas comparações. O KOPS demonstrou concordância substancial a quase perfeita (0,74 ≤ κ ≤ 0,82). A análise de Bland–Altman revelou vieses médios próximos de zero, sugerindo ausência de erro sistemático relevante. **Conclusão**: A análise cinemática bidimensional apresentou confiabilidade intra e interexaminador aceitável para a maioria das medidas angulares utilizadas no bike fit. Entretanto, as variáveis relacionadas ao joelho devem ser interpretadas com cautela, especialmente quando são observadas pequenas alterações angulares.

Palavras-chave: ciclismo; fenômenos biomecânicos; reprodutibilidade dos resultados.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PERFIL DAS QUEIXAS MUSCULOESQUELÉTICAS RELATADAS POR CICLISTAS DE ESTRADA[1]

Nayala Rodrigues Arantes[2]; Laura Fonseca Vaz Do Amaral[3]; Izabely Arantes Santos[4]; Miguel Victor Silva Sousa[5]; Andrei Pereira Pernambuco[6].

[1]Resultados totais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG;
[2]Graduada em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: nayalarodrigues08@gmail.com;
[3]Graduanda em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: laurafac2@gmail.com
[4]Graduanda em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: izabelyarantessantos@gmail.com;
[5]Graduando em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; bolsista da FAPEMIG no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: miguels00us@gmail.com;
[6]Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: pernambucoap@ymail.com.

RESUMO

Introdução: O ciclismo tem apresentado um crescimento significativo em nível global, especialmente após a pandemia de COVID-19, com destaque para a modalidade de ciclismo de estrada. No entanto, o aumento da prática também tem sido acompanhado por uma maior prevalência de queixas musculoesqueléticas entre os praticantes. **Objetivo**: O presente estudo teve como objetivo investigar e analisar as principais queixas musculoesqueléticas relatadas por ciclistas de estrada. **Métodos**: Trata-se de um estudo observacional, transversal e retrospectivo. A partir de 1.521 registros coletados por 15 bike fitters de diferentes regiões do Brasil, foram selecionados dados de 520 ciclistas de estrada. Os registros incluíram informações antropométricas, características do treinamento e histórico de queixas musculoesqueléticas. **Resultados**: Dos 520 ciclistas avaliados, 27,7% não relataram queixas musculoesqueléticas. Entre aqueles que apresentaram sintomas, as queixas mais frequentes foram dor lombar (27,5%), dormência nas mãos (25%) e dor nos joelhos (17,5%). Outros relatos incluíram dor nos pés, cervicalgia e dor no quadril. Discussão: As principais queixas foram dor lombar (27,5%), dormência nas mãos (25%) e dor nos joelhos (17,5%). A dor lombar pode estar relacionada ao posicionamento na bicicleta, demanda muscular do tronco e histórico de treinamento. A dormência nas mãos pode envolver distribuição de carga,

ISBN: 978-85-64736-23-8



posição no guidão, características antropométricas e compressão dos nervos mediano e ulnar. Já a dor no joelho pode estar relacionada a alterações biomecânicas e à repetitividade da pedalada. **Conclusão**: As queixas musculoesqueléticas são comuns entre ciclistas de estrada, a dor lombar é o sintoma mais relatado. Esses achados ressaltam a importância do ajuste adequado da bicicleta (bike fit) e de programas específicos de treinamento como estratégias fundamentais para a prevenção de lesões e a otimização do desempenho esportivo.

Palavras-chave: bicicleta; ciclismo; ergonomia; queixas musculoesqueléticas.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



BIOINSUMOS MICROBIOLÓGICOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DOS AGRICULTORES NA MICRORREGIÃO DE FORMIGA-MG[1]

Diego da Cruz Pereira Rosa Perpino[2]; Wesley de Melo Rangel[3].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/FAPEMIG;
[2]Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: diegoagricola2005@gmail.com;
[3]Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: No Brasil, os bioinsumos alcançaram um status sólido como alternativas promissoras para reduzir a dependência de insumos químicos tradicionais. Bioinsumos produzidos na propriedade (produção *on-farm*) são uma alternativa viável para responder aos desafios relacionados à universalização do uso de bioinsumos no Brasil. No entanto, a produção de bioinsumos *on-farm* enfrenta alguns desafios difíceis relacionados às boas práticas de produção, segurança e eficiência. Diante desse contexto, concebe-se o presente trabalho. Não existem estimativas oficiais das práticas de bioinsumos em propriedades rurais na microrregião de Formiga-MG. **Objetivo**: responder à seguinte questão, quais são os fatores que impulsionam e os desafios para a difusão de insumos agrícolas microbiológicos na microrregião de Formiga-MG. **Métodos**: Para isto, o presente Projeto de Iniciação Científica, alinhado aos princípios, objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário de Formiga, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, irá realizar uma pesquisa de campo, exploratória-descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. A coleta de dados será realizada em duas fases. Na fase 1, a qual já foi concluída, foi realizado um levantamento bibliográfico para explicitar o problema e estruturar a base de conhecimento sobre o assunto de interesse do estudo, dando embasamento para a elaboração do questionário, o qual foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos do Centro Universitário de Formiga e encontra-se sob análise. Após a devida aprovação, o questionário será validado e aplicado na modalidade presencial na fase 2, realizando-se

ISBN: 978-85-64736-23-8



entrevistas semiestruturadas com agricultores da microrregião de Formiga-MG, com caráter exploratório. A amostragem utilizada será não probabilística ou intencional, utilizando-se a técnica bola de neve ou *snowball*. **Resultados esperados**: A fase 1 do trabalho foi finalizada, com o preparo e submissão do questionário ao Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos do Centro Universitário de Formiga. Espera-se identificar quais fatores são capazes de influenciar os agricultores em suas decisões na utilização de bioinsumos agrícolas microbiológicos nas propriedades agrícolas da microrregião de Formiga-MG.

Palavras-chave: agricultura sustentável; bioinsumos agrícolas microbiológicos; produção *on-farm* de bioinsumos.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica ao primeiro autor.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTOS PARA ANALISE SIMULTÂNEA DE FERRO-NIÓBIO E NIÓBIO-TÂNTALO E EMPREGANDO PLANEJAMENTO ESTATÍSTICO E REAÇÕES DE COMPLEXAÇÃO[1]

Luisa Castro Goulart[2]; Alex Magalhães De Almeida[3].

[1]Projeto de pesquisa do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPEMIG;
[2]Graduanda em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Bolsista do(a) FAPEMIG. Autor correspondente: Luisa Castro Goulart, Rua João Lourenço Gomides,362, Bairro Centro, Pains MG, Brasil. E-mail: luisagoulart21@gmail.com;
[3]Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: O nióbio não é encontrado de forma livre na natureza, ocorrendo geralmente associado a outros metais em minerais como niobita, columbita, tantalita, pirocloro e euxenita. Minerais que contêm nióbio frequentemente também apresentam tântalo e ferro em sua composição, o que pode dificultar sua identificação e quantificação. O nióbio é amplamente utilizado na produção de ligas metálicas e aços especiais, devido à sua elevada resistência à corrosão e a temperaturas extremas. O Brasil se destaca como o maior produtor mundial e detentor da maior parte das reservas conhecidas desse elemento, com importantes ocorrências em Minas Gerais, Amazonas e Goiás. Na região do Cráton São Francisco, especialmente nos municípios de Córrego D'Anta, Bambuí, Tapiraí, Medeiros, Iguatama, Arcos, Pains e Formiga, já foram relatadas evidências da presença de nióbio, embora ainda sejam necessários estudos analíticos mais criteriosos. **Objetivo**: Desenvolver procedimentos para a análise simultânea de ferro-nióbio e nióbio-tântalo, utilizando planejamento estatístico e reações de complexação. **Métodos:** Serão utilizados dados de estudos já descritos na literatura, amostras sintéticas e amostras reais coletadas na região de Formiga, Minas Gerais. As amostras reais serão comparadas com exemplares fornecidos pelo Museu do Laboratório de Mineralogia do Centro Universitário de Formiga. As análises serão realizadas por meio de reações de complexação, e os dados obtidos serão avaliados com o auxílio de programas gratuitos de modelagem e planejamento estatístico, buscando estabelecer as melhores condições para a

ISBN: 978-85-64736-23-8



determinação simultânea dos elementos. **Resultados esperados**: Espera-se desenvolver uma metodologia capaz de identificar e quantificar, de forma simultânea, as associações entre ferro e nióbio e entre nióbio e tântalo. O planejamento estatístico deverá permitir a avaliação das variáveis envolvidas nas reações de complexação, a otimização das condições analíticas e a comparação entre amostras sintéticas, amostras reais e amostras de referência**.** O desenvolvimento de procedimentos analíticos associados ao planejamento estatístico poderá contribuir para a identificação mais precisa do nióbio e de seus elementos associados. A metodologia proposta poderá auxiliar na caracterização de amostras minerais da região de Formiga e ampliar o conhecimento sobre possíveis ocorrências de nióbio no Cráton São Francisco.

Palavras-chave: associação de minerais; análise geoquímica; modelagem estatística.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica e ao Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG) pela concessão dos laboratórios e da infraestrutura utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



GREENWASHING NA PUBLICIDADE: ANÁLISE DOS LIMITES DA PROTEÇÃO CONSUMERISTA BRASILEIRA FRENTE ÀS PRÁTICAS ENGANOSAS DE MARKETING AMBIENTAL[1]

Mylena Fernandes Miranda[2]; Fábio Antunes Gonçalves[3].

[1]Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda em Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[3]Professor orientador do TCC do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A sustentabilidade passou a ocupar papel relevante nas estratégias empresariais, influenciando diretamente a decisão de consumo e a confiança do público. Nesse contexto, a "onda verde" trouxe o fenômeno do *greenwashing*, em que alegações ecológicas vagas e não comprovadas induzem o consumidor a erro, aproveitando-se de sua extrema vulnerabilidade informacional e técnica. **Objetivo**: Analisar os limites da proteção consumerista brasileira frente às práticas de greenwashing, avaliando o seu enquadramento jurídico, identificando possíveis falhas normativas e institucionais, e sugerindo formas de fortalecimento da tutela do consumidor**. Métodos**: A pesquisa utilizou o método dedutivo com abordagem qualitativa, fundamentando-se em revisão bibliográfica e análise legislativa, com ênfase na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor, em doutrinas e em artigos científicos sobre o tema. **Resultados**: Constatou-se que o greenwashing configura de fato publicidade enganosa, conforme os artigos 36, 37 e 38 do CDC, por violar princípios basilares como o dever de informação, a transparência e a boa-fé objetiva. Todavia, a repressão na prática esbarra na falta de legislação específica sobre alegações ambientais, na dificuldade técnica de comprovar ou refutar as promessas verdes e na atuação predominantemente reativa dos mecanismos estatais e autorregulatórios. **Conclusão**: Embora o sistema brasileiro possua instrumentos jurídicos relevantes, sua efetividade ainda apresenta fortes limitações práticas. A mitigação deste cenário e o enfrentamento do problema exigem maior transparência nas alegações, a criação de parâmetros técnicos objetivos, o fortalecimento da fiscalização e o fomento à educação informacional do consumidor para reequilibrar a confiança no mercado.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Palavras-chave: direito do consumidor; marketing ambiental; sustentabilidade.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR HIPERVULNERÁVEL PELO CDC[1]

Filipe Mateus de Oliveira[2]; Fábio Antunes Gonçalves[3].

[1]Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduando em Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG;
[3]Prof. Titular e Orientador do TCC do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: O trabalho analisa a publicidade enganosa e abusiva no comércio eletrônico, com foco na proteção do consumidor hipervulnerável no ordenamento jurídico brasileiro, partindo da premissa de que a publicidade digital amplia a assimetria informacional e influencia decisivamente a formação da vontade contratual. **Objetivo**: Analisar a atuação e a eficácia do arcabouço jurídico brasileiro na proteção do consumidor hipervulnerável diante das práticas de publicidade enganosa e abusiva no comércio eletrônico, abordando as dinâmicas digitais e a responsabilidade das plataformas. **Métodos**: A pesquisa possui natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica, desenvolvida por meio da análise dedutiva de obras doutrinárias, decisões judiciais e legislação, contemplando o estudo documental do Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.962/2013 e do Marco Civil da Internet. **Resultados**: O estudo delimita os conceitos de enganosidade e abusividade, evidenciando a hipervulnerabilidade no mercado virtual, um ambiente marcado pela mediação algorítmica e pelos dark patterns, fundamentando a responsabilidade civil objetiva e solidária das plataformas e destacando a importância da contrapropaganda e das sanções administrativas. **Conclusão**: Conclui-se que o Código de Defesa do Consumidor permanece como a principal ferramenta de proteção, mas sua aplicação na era digital exige rigorosa transparência, atuação proativa dos órgãos de defesa e a consolidação do dano moral coletivo como resposta aos ilícitos de massa.

Palavras-chave: comércio eletrônico; direito do consumidor; vulnerabilidade.

ISBN: 978-85-64736-23-8



AS LIMITAÇÕES DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NO DIREITO PRIVADO: AUTONOMIA PATRIMONIAL E O RIGOR DA TEORIA MAIOR[1]

Eric Rafael Gomes[2]; Célia Guedes Faria Lima[3].

[1]Resultados obtidos a partir da pesquisa realizada para o TCC.
[2]Graduando do 6° Período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: rafaelueric@gmail.com;
[3]Orientadora - Professora do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG. E-mail: celia@celiaguedes.adv.br.

RESUMO

Introdução: A autonomia patrimonial constitui um dos pilares do direito privado brasileiro. Nos termos do art. 49-A do Código Civil, a pessoa jurídica não se confunde com seus sócios, a separação patrimonial é instrumento lícito destinado a estimular empreendimentos, geração de empregos, renda e inovação. Entretanto, essa proteção pode ser relativizada quando a personalidade jurídica é utilizada de forma abusiva. **Objetivo**: Analisar os limites da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas a partir do contraponto entre as Teorias Maior e Menor da desconsideração da personalidade jurídica, com enfoque no Tema Repetitivo 1210 do Superior Tribunal de Justiça e no Tema 42 do Tribunal Superior do Trabalho. **Métodos**: A pesquisa caracteriza-se como explicativa e expositiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise de legislação, doutrina, artigos e precedentes dos tribunais superiores brasileiros, especialmente aqueles tratando da aplicação da teoria maior. **Resultados**: Verificou-se que a desconsideração da personalidade jurídica constitui medida excepcional destinada a impedir o uso abusivo da autonomia patrimonial. Enquanto a Teoria Maior exige a comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, a Teoria Menor admite a responsabilização dos sócios quando a personalidade jurídica representa obstáculo à satisfação do crédito. Nesse contexto, o STJ, ao julgar o Tema Repetitivo 1210, reafirmou a adoção da Teoria Maior nas relações civis e empresariais ao estabelecer que a mera inexistência de bens penhoráveis ou a dissolução irregular da sociedade não autorizam, por si sós, a desconsideração da personalidade jurídica. Constatou-se, ainda, que o Tema 42 do TST busca definir se esse mesmo entendimento deverá ser aplicado ao processo trabalhista. **Conclusão**: Concluiu-se que a

ISBN: 978-85-64736-23-8



desconsideração da personalidade jurídica não pode decorrer automaticamente do inadimplemento ou da ausência de patrimônio social. Nas relações submetidas ao art. 50 do Código Civil, a responsabilização dos sócios depende da demonstração concreta de abuso da personalidade jurídica, mediante desvio de finalidade ou confusão patrimonial. O Tema 1.210 do STJ reforça, portanto, a excepcionalidade da medida e preserva a autonomia patrimonial como regra, enquanto o Tema 42 do TST representa discussão relevante quanto à extensão desses critérios ao âmbito trabalhista..

Palavras-chave: incidente de desconsideração; dissolução irregular; responsabilização dos sócios.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DANO MORTE: UMA NOVA ESPÉCIE DE REPARAÇÃO NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO[1]

Lívia Eduarda de Sousa[2]; Fábio Antunes Gonçalves[3].

[1]Resultados parciais de estudos no âmbito do Núcleo de Extensão e Pesquisa (NEP) e da disciplina de Direito Civil IV do curso de Direito do UNIFOR-MG;

[2]Graduanda em Direito pelo UNIFOR-MG, Formiga-MG; estagiária no Gabinete da Vara de Família, Sucessões e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Formiga-MG; E-mail: liviaeduarda2115@gmail.com;
[3]Professor do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: fabio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: No Direito Brasileiro, o instituto da responsabilidade civil em casos de morte concentra-se, tradicionalmente, nos danos patrimoniais e extrapatrimoniais suportados por terceiros, sobretudo os familiares da vítima. Contudo, a evolução doutrinária e jurisprudencial tem promovido uma nova perspectiva fundada na necessidade de reconhecimento da lesão autônoma incidente sobre a própria vítima, resultante da supressão da vida, seu bem jurídico mais relevante. Nesse contexto, emerge a discussão acerca do dano morte enquanto uma categoria indenizável. **Objetivo:** Analisou-se a configuração do dano morte como uma nova espécie de reparação no âmbito do Direito Civil, investigando seus fundamentos normativos, natureza jurídica, distinção em relação ao dano por ricochete e aplicação na jurisprudência contemporânea. **Métodos:** Realizou-se uma revisão bibliográfica e jurisprudencial mediante o exame de doutrinas e estudos acadêmicos relevantes, bem como de dispositivos legais, enunciados e decisões judiciais, com ênfase em julgados do Tribunal Superior do Trabalho relacionados a casos de morte decorrentes de ato ilícito. **Resultados:** Constatou-se que, embora não haja previsão expressa do dano morte, o ordenamento jurídico brasileiro admite sua configuração a partir de uma interpretação sistemática e teleológica das normas de responsabilidade civil. Verificou-se que o dano morte, embora extrapatrimonial, gera crédito de caráter patrimonial, apurado como se a vítima houvesse sobrevivido. Tal crédito integra o espólio e, nos termos do artigo 943 do Código Civil, transmite-se aos herdeiros. Ademais, evidenciou-se a autonomia do dano morte em relação ao dano por ricochete, e possível a cumulação com as indenizações devidas diretamente aos dependentes. A jurisprudência

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



trabalhista recente tem reconhecido expressamente sua aplicabilidade, sobretudo em hipóteses semelhantes ao desastre de Brumadinho/MG. **Conclusão:** Depreendeu-se que, ao admitir que a própria vítima direta figure enquanto titular de um prejuízo indenizável decorrente da supressão de seu direito à vida, o reconhecimento do dano morte configura um relevante aperfeiçoamento do instituto brasileiro da responsabilidade civil. Nesse sentido, sua caracterização contribui para a efetividade do princípio da reparação integral do dano insculpido no artigo 944 do Código Civil, evitando incongruências no sistema indenizatório e assegurando uma resposta jurídica proporcional à magnitude do dano. Embora ainda em processo de consolidação, sua admissibilidade sinaliza o alargamento da proteção conferida aos direitos da personalidade pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: dano norte; reparação integral; responsabilidade civil.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



GAMIFICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: ENTRE A MOTIVAÇÃO SUSTENTÁVEL E OS RISCOS AO ENGAJAMENTO CORPORATIVO[1]

Ana Júlia Alves Rodrigues[2]; Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes[3].

[1]xxxxx;
[2]Graduanda em Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: anajuliaalvesrodrigues1710@gmail.com;
[3]Mestre em Direito do Trabalho pela PUC Minas, Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos, Pós-Graduada e Especialista em Direito do Trabalho. Advogada e Professora de Direito do Trabalho do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: A gamificação no ambiente corporativo tem se expandido de forma acelerada nas organizações contemporâneas, acompanhando a digitalização do trabalho e a busca por maior desempenho. Ao incorporar mecânicas típicas de jogos, como metas, pontos, rankings e recompensas, a técnica procura estimular o engajamento, a colaboração e a produtividade dos trabalhadores. Entretanto, sua natureza ambivalente merece atenção, pois os mesmos mecanismos que motivam também podem intensificar formas de controle, vigilância e monitoramento contínuo. Isso pode gerar pressão psicológica, competição excessiva e ansiedade, sobretudo quando o desempenho individual é constantemente exposto e comparado. Assim, a gamificação revela tanto potencial inovador quanto riscos éticos e sociais relevantes para a gestão contemporânea do trabalho, é fundamental avaliar seus impactos a longo prazo sobre a saúde mental e a autonomia dos trabalhadores envolvidos. **Objetivos**: Investigar se a gamificação é capaz de gerar motivação sustentável no trabalho. Analisar seus efeitos psicológicos e jurídicos. Avaliar limites éticos e legais no contexto das relações de emprego. Identificar riscos e condições para uso legítimo da técnica. **Métodos**: Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Utiliza revisão bibliográfica e documental. Fundamenta-se em teorias da motivação, especialmente a Teoria da Autodeterminação. Integra análise jurídica com base na Constituição, CLT, Código Civil e LGPD. Considera também dados institucionais e jurisprudência trabalhista. **Resultados:** A gamificação pode gerar ganhos como engajamento, aprendizado e feedback mais claro. Entretanto, também pode produzir efeitos negativos, como competitividade excessiva, estresse e adoecimento mental. A eficácia depende do modo de

ISBN: 978-85-64736-23-8



aplicação e do contexto organizacional. **Conclusão**: A gamificação não é neutra. Pode promover motivação sustentável quando respeita autonomia, competência e pertencimento. Deve observar limites jurídicos relacionados à dignidade humana, saúde do trabalhador e proteção de dados. Quando mal aplicada, tende a gerar engajamento superficial, controle abusivo e riscos psicossociais. Sua legitimidade depende de uso responsável, transparente e alinhado ao trabalho digno.

Palavras-chave: engajamento corporativo; gamificação; motivação.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À MORTE DIGNA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA ORTOTANÁSIA NO BRASIL[1]

Júlia Maria Ferreira[2]; Nélida Reis Caseca Machado[3].

[1]Projeto de pesquisa de TCC do primeiro autor no curso de Direito do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR/MG;
[2]Graduanda do 10º período de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: juliamferreira23@gmail.com;
[3]Professora de Processo Constitucional e Prática Constitucional no Curso de Direito e Pesquisadora no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Os avanços da medicina ampliaram as possibilidades de prolongamento da vida, tornando mais frequentes os debates sobre a terminalidade e os limites da intervenção médica. Nesse contexto, a ortotanásia destaca-se por permitir que o processo natural da morte ocorra sem o emprego de tratamentos desproporcionais ou inúteis, mas, apesar de sua relevância ética, social e jurídica, o tema ainda é pouco conhecido e carece de regulamentação legal específica no Brasil, circunstância que pode gerar insegurança jurídica para pacientes, familiares e profissionais da saúde. **Objetivo:** Analisar a ortotanásia no ordenamento brasileiro à luz dos princípios constitucionais e os desafios decorrentes da falta de disciplina legislativa específica. **Métodos:** pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, englobando as resoluções do Conselho Federal de Medicina, a jurisprudência e a produção doutrinária sobre o tema. **Resultados esperados**: Espera-se demonstrar que a ortotanásia é compatível com a Constituição de 1988, configurando-se como expressão legítima da dignidade da pessoa humana e da autonomia da vontade, e não como violação ao direito à vida, que não deve ser interpretado de forma absoluta ou puramente biológica. **Conclusão**: Até o momento da pesquisa, verifica-se que a ortotanásia se apresenta como prática compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, na medida em que concretiza, e não viola, o direito à vida, quando este é interpretado à luz da dignidade da pessoa humana e da autonomia da vontade do paciente terminal. A investigação teórica realizada até aqui, indica que a recusa de tratamentos

ISBN: 978-85-64736-23-8



desproporcionais em fase terminal não configura antecipação ilícita da morte, mas expressão legítima do direito de morrer com dignidade enquanto a lacuna legislativa sobre o tema reforça a insegurança jurídica dos médicos, pacientes e familiares.

Palavras-chave: autonomía; dignidade; ortotanásia.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A ANISTIA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 6.683/1979[1]

Ana Luiza Chagas[2]; Maria Fernanda de Lima Moura[3].

[1]Estudo decorrente de pesquisa realizada no grupo de estudos "Direitos Humanos Fundamentais";
[2]Graduanda do 9º Período A do Curso de Direito do UNIFOR/MG; Formiga/MG, E-mail: analuizachagas92@gmail.com;
[3]Professora titular do curso de Direito do UNIFOR/MG, Formiga-MG; E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: A anistia constitui instituto jurídico com previsão constitucional. No Brasil, a Lei nº 6.683/1979, conhecida como Lei de Anistia, marcou significativamente a aplicação desse instituto ao ser instituída durante o processo de redemocratização brasileira, concedendo anistia aos envolvidos em crimes políticos e conexos praticados no período da ditadura militar. Apesar de seu relevante papel histórico, a abrangência da norma passou a ser questionada, sobretudo quanto à possibilidade de extensão da anistia a agentes estatais responsáveis por violações de direitos humanos. Nesse contexto, observa-se que o instituto da anistia foi utilizado em diferentes momentos da história brasileira como mecanismo de afastamento da responsabilização de agentes envolvidos em violações institucionais, intensificando os debates acerca de seus limites constitucionais e de sua compatibilidade com o Estado Democrático de Direito. **Objetivo:** Analisar a viabilidade constitucional da anistia no Brasil a partir da interpretação da Lei nº 6.683/1979, examinando seus reflexos jurídicos, sociais e institucionais diante dos debates contemporâneos. **Métodos:** A pesquisa desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica e documental, legislação pertinente, principalmente por meio da análise da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 6.683/1979 e posicionamentos jurisprudenciais. **Resultados:** a utilização recorrente da anistia no cenário político e jurídico brasileiro favoreceu, em diferentes momentos históricos, o afastamento da responsabilização de agentes envolvidos em violações institucionais, contribuindo para a permanência de debates acerca dos limites constitucionais desse instituto no Estado Democrático de Direito. **Conclusão:** Os debates contemporâneos demonstram que a utilização da anistia em contextos políticos pode gerar

ISBN: 978-85-64736-23-8



impactos sobre a segurança jurídica, a memória democrática e a efetivação dos direitos fundamentais. Conclui-se que a anistia deve ser interpretada em conformidade com os princípios constitucionais e com a proteção aos direitos humanos, evitando sua utilização como instrumento de afastamento da responsabilização jurídica e de enfraquecimento das garantias democráticas.

Palavras-chave: anistia; responsabilização estatal; direitos humanos.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: O EQUILÍBRIO ENTRE PRIVACIDADE, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À INFORMAÇÃO EM TEMPOS DE VIGILÂNCIA DIGITAL[1]

Gabriela Costa Viana[2]; Luciana de Melo Fraga[3]; Maryana Espíndola Bitencourt[4]; Maria Fernanda de Lima Moura[5].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos " Direitos Humanos Fundamentais";
[2]Graduanda do curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: gabrielaviana784@gmail.com;
[3]Egressa do curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: lucianamelo607@gmail.com;
[4]Egressa do curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: maryana.espindola95@gmail.com;
[5]Professora titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, e coordenadora do grupo de pesquisas "Direitos Humanos Fundamentais".

RESUMO

Introdução: A expansão tecnológica transformou a forma como as pessoas se comunicam, trabalham e acessam informações. Ao mesmo tempo, o crescimento da vigilância digital e da coleta de dados pessoais trouxe novos desafios para a proteção da privacidade e de vários outros direitos fundamentais. Nesse contexto, torna-se necessário discutir como garantir o equilíbrio entre a liberdade de expressão, o direito à informação e à privacidade, frente à vigilância digital. **Objetivo:** Tendo em vista esse cenário, o objetivo do presente trabalho é analisar os desafios, compreender os impactos do uso crescente de tecnologias e refletir sobre a importância da proteção dos dados pessoais e dos direitos individuais nos ambientes virtuais. M**étodos:** Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida por meio do método hipotético-dedutivo. **Resultados**: A vigilância digital representa riscos ao direito à privacidade e à autodeterminação informativa, quando realizada sem a devida regulamentação legal. O acesso à informação e à liberdade de expressão são pilares essenciais para o Estado Democrático de Direito, na mesma medida que o respeito e a proteção aos direitos fundamentais dos usuários também o são. A falta de equilíbrio entre esses direitos pode favorecer abusos, manipulações, disseminação de informações falsas e a utilização inadequada de informações pessoais. **Conclusão:** O equilíbrio entre privacidade, liberdade de expressão e direito à informação é fundamental

ISBN: 978-85-64736-23-8



para uma sociedade democrática e digitalmente responsável. Para manter esse equilíbrio, faz-se imperiosa a regulação estatal, bem como a implementação de práticas voltadas para o letramento digital e a construção de uma mudança cultural que reconheça a privacidade como um valor democrático.

Palavras-chaves: vigilância digital; liberdade de expressão; direito à privacidade.

ISBN: 978-85-64736-23-8



O IMPACTO DA CONDUTA DA VÍTIMA NA RESPONSABILIDADE CIVIL: COMO O COMPORTAMENTO DA VÍTIMA PODE EXCLUIR OU MITIGAR A REPARAÇÃO[1]

Fábio Antunes Gonçalves[2]; Gabriela Costa Viana[3]; Luciana de Melo Fraga[4]; Maryana Espíndola Bitencourt[5].

1Tema desenvolvido no âmbito do NEP (Núcleo de Extensão de Pesquisa do Curso de Direito) e do grupo de estudos “Os meios adequados de solução de conflitos (MASCS) e o letramento digital”;

2Professor titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: fabio@uniformg.edu.br;
3Graduanda do curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: gabrielaviana784@gmail.com;
4Egressa do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: lucianamelo607@gmail.com;
5Egressa do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: maryana.espindola95@gmail.com.

RESUMO

Introdução: No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade civil está prevista nos artigos 186 e 927 do Código Civil e se fundamenta na reparação dos danos injustamente causados a outras pessoas. No entanto, há hipóteses em que o nexo causal pode ser rompido ou mitigado, notadamente, em situações como: caso fortuito, força maior, fato exclusivo ou concorrente da vítima e fato de terceiro. **Objetivo:** Analisar os efeitos da conduta da vítima no âmbito da responsabilidade civil, destacando hipóteses em que seu comportamento poderá excluir ou mitigar a obrigação de indenizar. **Métodos:** O estudo, de abordagem qualitativa, foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por base a legislação vigente, a doutrina especializada na matéria e a análise jurisprudencial. **Resultados**: Verificou-se que o fato exclusivo da vítima rompe o nexo causal, de modo a excluir totalmente a responsabilidade do agente. Por outro lado, o fato concorrente leva à mitigação, isto é, à redução proporcional da indenização, conforme a gravidade da conduta de cada parte. Além disso, ocorrendo caso fortuito ou de força maior, bem como fato de terceiro, a responsabilidade civil também poderá ser excluída, salvo em atividades de risco, em que prevalece a responsabilidade objetiva. **Conclusão:** A conduta da vítima desempenha papel decisivo na análise da responsabilidade civil,

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



bem como na quantificação da indenização a ser arbitrada. Portanto, a conduta da vítima poderá excluir ou mitigar a reparação. Além disso, a análise da responsabilidade civil deve sempre considerar o nexo causal e a proporcionalidade, em consonância com a legislação e a jurisprudência pátrias.

Palavras-chaves: conduta da vítima; nexo causal; responsabilidade civil.

ISBN: 978-85-64736-23-8



VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO[1]

Maria Antonia Clemente[2]; Ricardo Augusto Bessas[3].

[1]Resultados parciais de pesquisa realizada pelo grupo de estudos "Segurança Pública e Cidadania";
[2]Graduanda do 10° período A do curso de Direito do UNIFOR/MG, Formiga – MG e Voluntária no grupo de estudo "Segurança Pública e Cidadania". E-mail: mariclementea@gmail.com;
[3]Professor titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Delegado de Polícia da cidade de Formiga – MG. E-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A exclusão histórica das mulheres da vida pública repercute até hoje na política brasileira. O direito ao voto feminino foi reconhecido apenas em 1932 e a participação das mulheres na política segue limitada. Medidas como a reserva mínima de candidaturas pela Lei 9.504/1997, posteriormente fortalecida pela Lei 12.034/2009, não foram suficientes para assegurar representatividade proporcional. Nesse cenário, emerge a violência política de gênero, caracterizada por práticas que visam constranger, deslegitimar ou impedir a atuação feminina nos espaços de poder. **Objetivo**: Analisar a violência política de gênero como fator determinante para a sub-representação feminina, evidenciando seus impactos na participação das mulheres e na qualidade da democracia brasileira. **Métodos**: A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, análise legislativa e exame de dados estatísticos e notícias. Foram considerados diplomas legais, posicionamentos institucionais e casos emblemáticos que ilustram a ocorrência da violência política de gênero no Brasil. **Resultados**: Os dados indicam que a violência política de gênero atua como mecanismo de exclusão, desestimulando candidaturas femininas e comprometendo a permanência de mulheres em cargos eletivos. Apesar das políticas de incentivo, a representação feminina permanece reduzida, revelando a insuficiência das medidas formais diante de práticas discriminatórias persistentes. **Conclusão**: A violência política de gênero constitui obstáculo relevante à efetivação da igualdade democrática. A baixa presença feminina em cargos eletivos como prefeituras, legislativos e governos estaduais evidencia a permanência de barreiras estruturais. Embora haja maior equilíbrio em espaços de ingresso por concurso público, a desigualdade persiste em cargos políticos e de indicação. Assim, o enfrentamento dessa

ISBN: 978-85-64736-23-8



forma de violência é essencial para garantir pluralidade, representatividade e justiça social no sistema democrático.

Palavras-chave: mulher; patriarcado; sub-representação.

Os autores agradecem ao UNIFOR a possibilidade de pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A FACULTATIVIDADE (OU OBRIGATORIEDADE) DO EXAME CRIMINOLÓGICO NA PROGRESSÃO DE REGIME: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 112 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)[1]

Renan Donizetti Fonseca[2]; Ana Lívia Souza Alaércio[3]; Júlia Fernandes de Almeida[4]; Larissa Costa Vasconcelos Rabelo[5]; Altair Resende de Alvarenga[6].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao curso de Direito do UNIFOR-MG.
[2]Graduando do 4° período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: rdf.fonseca@gmail.com;
[3]Graduanda do 4° período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: analiviasouza2020@gmail.com;
[4]Graduanda do 4° período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: juliaalmeidafe@gmail.com;
[5]Graduanda do 4° período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: larissavrabelo@gmail.com;
[6]Juíz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Del Museo Social Argentino (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: A liberdade individual constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito, e sua restrição por meio da sanção penal deve observar rigorosamente os parâmetros da legalidade e da ressocialização. No sistema progressivo brasileiro, a transição para regimes menos gravosos é o principal mecanismo de reintegração social do sentenciado. **Objetivo**: O presente estudo objetiva analisar a facultatividade do exame criminológico para a progressão de regime, introduzida pela Lei 10.792/2003 no artigo 112 da Lei de Execução Penal (LEP), investigando o conflito entre a celeridade processual e a necessidade de uma análise pormenorizada do mérito do apenado. **Métodos**: Utilizou-se o método de abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica e documental. A análise perpassa pela doutrina clássica de Guilherme de Souza Nucci e pelo estudo da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Resultados**: Os resultados apontam que a supressão da obrigatoriedade do exame visou desburocratizar a execução penal. Contudo, a doutrina de Nucci ressalta que o mero atestado de bom comportamento carcerário pode ser insuficiente para a efetiva

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



individualização da pena. Verificou-se que os tribunais admitem a exigência do exame, desde que a decisão seja motivada em elementos concretos, vedando a fundamentação baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito. **Conclusão**: Conclui-se que o exame criminológico, embora facultativo, permanece como um instrumento excepcional à disposição do magistrado para aferir a cessação da periculosidade. Sua aplicação deve harmonizar-se com a Súmula Vinculante 26 do STF e a Súmula 439 do STJ, garantindo que a ressocialização ocorra com segurança jurídica e respeito aos direitos fundamentais do sentenciado.

Palavras-chave: exame criminológico; execução penal; progressão de regime.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A ATUAÇÃO DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA EFICÁCIA DA POLÍTICA DE COTAS[1]

Gean Carlos Sousa[2], Sabrina Rodrigues Araújo[3], Maria Fernanda Lima Moura[4].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos Direitos Fundamentais;
[2]Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: gcs0605004@gmail.com;
[3]Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: sabrodrigues704@gmail.com;
[4]Professora titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, e coordenadora do grupo de pesquisas “Direitos Humanos Fundamentais”, E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: A Lei de Cotas Raciais visa concretizar o princípio constitucional da igualdade promovendo o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior. Nesse contexto, as bancas de heteroidentificação surgem como instrumento de controle para verificar se a autodeclaração racial está compatível com o fenótipo do candidato. **Objetivo**: Analisar a atuação das bancas de heteroidentificação à luz do princípio da igualdade, verificando sua contribuição para evitar fraudes e tornar a política de cotas eficaz em seu objetivo. **Métodos**: Pesquisa bibliográfica, por ser o ensaio teórico, e os dados serão analisados pelo método hipotético-dedutivo. **Resultados**: As bancas de heteroidentificação reduzem fraudes e promovem a igualdade educacional. Entretanto, percebe-se que sua eficácia pode ser limitada pela subjetividade pela falta de normas padronizadas universitárias, causando possíveis inconsistências quanto à análise das características físicas do candidato. **Conclusão**: As cotas raciais fortalecem a igualdade no acesso ao ensino superior público, mas a falta de critérios claros relativos às bancas de heteroidentificação pode gerar injustiças e fraudes, exigindo aprimoramento contínuo das políticas afirmativas.

Palavras-chave: cotas raciais; heteroidentificação; igualdade.

ISBN: 978-85-64736-23-8



O ELEMENTO VOLITIVO COMO CRITÉRIO DISTINTIVO ENTRE DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO[1]

Altair Resende Alvarenga[2]; Letícia Teixeira Lobato[3]; Gustavo Jean Bittencourt de Castro[4].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões de grupo de estudos vinculados ao curso de Direito do UNIFOR-MG;

[2]Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG;
[3]Graduanda do 4° período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: leticialobato1000@gmail.com;
[4]Graduando do 10° período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: gusjean1@outlook.com.

RESUMO

Introdução: O elemento volitivo que envolve a vontade e a consciência do agente é o pilar para diferenciar o dolo eventual da culpa consciente, influenciando diretamente a tipicidade do crime e a pena aplicada no Direito Penal. **Objetivo**: Demonstrar a necessidade de que a doutrina e a jurisprudência estabeleçam critérios objetivos para mitigar a insegurança jurídica em torno da interpretação da voluntariedade do agente. **Métodos:** A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise de jurisprudência, do Código Penal e exame de casos concretos divulgados em órgãos oficiais sobre a capacidade volitiva. **Resultados**: A pesquisa indica que a diferenciação entre os temas ainda depende de critérios subjetivos, uma vez que o Artigo 18 do Código Penal define dolo e culpa, mas não detalha suas nuances específicas. Conforme destacado por Cairo Augusto Baptista Albertini (2007), o traço comum entre os institutos é que o agente prevê o resultado como possível; todavia, eles se separam por uma linha tênue: no dolo eventual, o agente não se preocupa com a produção do resultado, enquanto, na culpa consciente, o réu acredita fielmente que sua conduta evitará o desfecho negativo**. Conclusão:** É preciso que a doutrina e a jurisprudência trabalhem conjuntamente para fixar parâmetros claros que encerrem a insegurança jurídica ligada à voluntariedade do agente no dolo eventual e na culpa consciente.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Palavras-chave: ato volitivo; culpa consciente; dolo eventual.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A PROVA DO DOLO NO DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL: O DESAFIO DA SUBJETIVIDADE E A VEDAÇÃO À PRESUNÇÃO[1]

Ana Laura de Castro Assis[2]; André Miranda Costa Terra[3]; Letícia D`Carlos Pinheiro Frazão[4]; Altair Resende Alvarenga[5].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões de grupo de estudos vinculados ao curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: assisanalaura27@gmail.com;
[3]Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: andremcterra@gmail.com;
[4]Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: leticiadcarlos10@gmail.com;
[5]Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: O dolo é um dos conceitos mais complexos do Direito Penal, envolvendo elementos subjetivos que residem na psique do agente. Frequentemente, a prova do dolo é tratada como uma ficção jurídica que se descola da realidade, criando dilemas no julgamento penal quando a intenção é presumida em vez de provada. **Objetivo**: Analisar a relação complexa entre o dolo e sua prova no processo penal, focando na distinção entre dolo direto e eventual, e na importância da vedação ao dolo presumido para a garantia do devido processo legal. **Métodos**: Abordagem qualitativa, baseada em análise doutrinária e revisão de conceitos fundamentais como a teoria da vontade, a culpabilidade e exemplos práticos de tribunais. **Resultados:** A correta caracterização do dolo é essencial não apenas para a condenação, mas para a dosimetria da pena, propondo uma evolução no tratamento doutrinário que reduza o subjetivismo moral e impeça punições baseadas em presunções desconexas da realidade. **Conclusão:** Enquanto elemento subjetivo, o dolo não pode ser tratado como uma presunção automática ou uma ficção jurídica descolada da realidade fática. A prova da intenção do agente é um imperativo do devido processo penal e da garantia de defesa, é indispensável para que a dosimetria da pena reflita a real reprovabilidade da conduta, evitando condenações baseadas em critérios meramente morais ou contingentes.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Palavras-chave: direito pena; dolo; processo penal.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: CUMPRIMENTO DE PENA POR PESSOA TRANS[1]

Miquéve Miguel Bittencourt de Castro[2]; Ricardo Augusto de Bessas[3].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões de grupo de estudos vinculados ao curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Aluno do 6º período B do curso de Direito do UNIFOR-MG; email: bittencourtmiqueve@gmail.com;
[3]Ricardo Augusto de Bessas, Professor de Direito Processual Penal no curso de Direito do UNIFOR-MG; e-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O cumprimento da pena privativa de liberdade por pessoas trans constitui um dos temas controvertidos da execução penal contemporânea. A inexistência, de critérios uniformes para definição do estabelecimento prisional gerou decisões divergentes e intensificou o debate acerca da proteção da identidade de gênero. Diante disso, emerge o problema: em qual estabelecimento prisional deve cumprir pena a pessoa trans, condenada? A resposta demanda análise da evolução normativa e jurisprudencial brasileira. **Objetivo**: Analisar os critérios jurídicos utilizados para definição do estabelecimento prisional destinado às pessoas trans condenadas, examinando a evolução normativa e jurisprudencial à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, e os desafios decorrentes da inexistência de estabelecimentos prisionais específicos. **Métodos**: Desenvolveu-se pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método dedutivo, mediante análise da Constituição Federal, da Lei de Execução Penal, da Resolução nº 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527 pelo STF. **Resultados**: A pesquisa demonstrou evolução da proteção jurídica conferida às pessoas trans no sistema prisional, evidenciando a superação de critérios exclusivamente biológicos para a definição do estabelecimento penal e o fortalecimento da tutela da identidade de gênero e da dignidade da pessoa humana como parâmetros interpretativos da execução penal. Verificou-se que a inexistência de estabelecimentos prisionais específicos na maior parte dos estados brasileiros constitui obstáculo à efetivação dessas garantias. **Conclusão**: Conclui-se que a pessoa trans condenada não deve ser automaticamente encaminhada ao estabelecimento prisional correspondente ao sexo biológico. Em conformidade com a Resolução nº 348/2020 do CNJ e com a

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



jurisprudência do STF, deve ser assegurado à pessoa custodiada o direito de manifestar sua preferência quanto ao cumprimento da pena em unidade feminina, masculina ou específica, garantindo-se a proteção de sua identidade de gênero, bem como de sua integridade física e psíquica. Diante da inexistência, na maior parte dos estados, de estabelecimentos destinados exclusivamente à população trans, entende-se adequado o recolhimento em alas específicas, separadas da população carcerária geral, como medida destinada a compatibilizar a proteção da pessoa custodiada com a segurança dos internos.

Palavras-chave: dignidade da pessoa humana; execução penal; pessoas trans.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela oportunidade da realização da pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ESTÁGIO ACADÊMICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO FUTURO OPERADOR DO DIREITO NO CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA - UNIFOR-MG[1]

Adryelle Almeida Elias[2]; Anna Beatriz Nogueira Arantes[3]; Lucas Chaves Mascarenhas[4].

[1]Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsas FAPIC REITORIA;
[2]Graduada em História pela Universidade Estácio de Sá; Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; Técnica em Administração pelo IFMG- Campus Formiga. Bolsista no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: drica19032010@gmail.com;
[3]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; Bolsista no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: annabeatriznogueira11@gmail.com;
[4]Professor e Supervisor de Ensino do curso de Direito do UNIFOR/MG; Mestre em Desenvolvimento Regional, Inovação e Inclusão Social (UEMG) E-mail: lucas.mascarenhas@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O estágio representa etapa indispensável na formação jurídica, pois possibilita a integração entre a teoria e a prática profissional durante o processo de ensino e aprendizagem. No curso de Direito do UNIFOR-MG, essa experiência constitui importante instrumento de desenvolvimento, permitindo que o estudante aperfeiçoe competências técnicas e éticas essenciais ao exercício da profissão. Este trabalho apresenta os aspectos da pesquisa voltada à compreensão da influência do estágio na formação do acadêmico de Direito, ressaltando sua relevância para a capacitação profissional e cidadã. Além disso, analisa a relação entre a universidade e os campos de estágio. **Objetivo**: O estudo busca verificar como as experiências práticas nos núcleos de prática jurídica e em instituições públicas e privadas repercutem na futura atuação profissional dos estudantes. As informações coletadas serão examinadas possibilitando interpretar as percepções e desafios do estágio. Pretende-se, ainda, avaliar a relevância do estágio para o aprimoramento de habilidades técnicas e da formação ética. **Métodos**: A metodologia é qualitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e aplicação de questionários aos discentes do 7º período em diante e egressos do curso. **Resultados**: Os resultados parciais demonstram

ISBN: 978-85-64736-23-8



que o estágio é reconhecido pelos estudantes como elemento essencial para a formação jurídica. Verificou-se que a experiência prática contribui significativamente para o desenvolvimento de competências técnicas e transversais, além de favorecer a aproximação entre teoria e prática. A maioria dos participantes avaliou positivamente a supervisão recebida e reconheceu a influência do estágio na definição da carreira. Apesar dos resultados favoráveis, foram identificados desafios relacionados à sobrecarga de atividades e à necessidade de maior integração entre o conteúdo acadêmico e as experiências práticas de estágio. **Conclusão**: Os resultados parciais evidenciam que o estágio é percebido como essencial da formação jurídica, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e profissionais, além de favorecer a integração entre teoria e prática. Os achados reforçam a relevância dessa experiência para a formação de profissionais críticos e comprometidos com a efetivação da justiça. A continuidade da pesquisa ampliará a análise e subsidiará propostas de aperfeiçoamento dos programas de estágio e da formação jurídica oferecida pela instituição.

Palavras-chave: estágio acadêmico; formação jurídica; prática profissional.

Os autores agradecem à FAPIC/REITORIA - FUOM pela concessão das bolsas de iniciação científica, e ao Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG pela autorização da pesquisa no ambiente acadêmico.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A MODULAÇÃO DE EFEITOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS Nº 363.852 E Nº 718.874[1]

Isabela Aureliano Ferreira[2]; Letícia Eugênia da Silva Pereira[3]; Luís Augusto Rodrigues Leal[4]; Rayssa Almeida Sobrinho[5]; Nélida Reis Caseca Machado[6].

[1] Pesquisa com resultados parciais a partir de discussão em sala de aula;

[2]Graduanda do 6º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: isabelaaureliano04@gmail.com;
[3]Graduanda do 6º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: leticiaeugenia2023@gmail.com;
[4]Graduando do 6º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: luisleal771@gmail.com;
[5]Graduanda do 6º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: rayssasobrinho34@gmail.com;
[6] Professora de Processo Constitucional e Prática Constitucional no Curso de Direito e Pesquisadora no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: No Brasil, uma lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é, em regra, entendida como inválida desde a sua criação, o que gera, de consequência, efeitos retroativos. No entanto, a Lei nº 9.868/99 permite que, em situações excepcionais, o STF decida que essa declaração de inconstitucionalidade produza efeitos em outros momentos. Essa possibilidade, chamada modulação dos efeitos, busca evitar prejuízos à segurança jurídica e ao interesse da sociedade. Apesar disso, há discussões sobre a falta de critérios claros para essa alteração, bem como sobre os impactos sobre a confiança das pessoas e das empresas em relação às leis. **Objetivo:** Analisar a modulação dos efeitos nos Recursos Extraordinários nº 363.852 e nº 718.874. **Metodologia:** A pesquisa possui abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, doutrinária e análise jurisprudencial, utilizando método dedutivo e técnica de interpretação sistemático-constitucional. **Resultados:** Observa-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou o instituto da modulação de maneiras diferentes em dois casos envolvendo tributos. Enquanto no RE nº 363.852 a modulação foi rejeitada para que o contribuinte suportasse os

ISBN: 978-85-64736-23-8



efeitos retroativos da decisão, arcando com o valor, no RE nº 718.874 afastou-se a modulação para impedir que o Estado devolvesse os valores arrecadados. **Conclusão:** conclui-se que ainda não existem critérios objetivos e claros para definir quando a modulação dos efeitos deve ser aplicada. Embora esse mecanismo seja importante em algumas situações, sua utilização precisa ser melhor justificada e seguir critérios mais transparentes, para que possa garantir previsibilidade e equilíbrio nas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das leis, inclusive porque enseja credibilidade e coerência.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; modulação de efeitos; previsibilidade.

ISBN: 978-85-64736-23-8



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA (LEI N°11.340/2006)[1]

Giovanna Cristina Correia[2], Ana Clara Oliveira Borges[3], Guilherme Miranda[4], Lucas Gabriel da Silva Andrade[5], Maria Clara de Castro Faria[6], Raphaela de Cássia Oliveira, Altair Resende de Alvarenga[7].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG.
[2]Graduanda do 4º período do Curso de Direito — Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga-MG, giovannacristinacorreia814150@gmail.com;
[3]Graduanda do 4º período do Curso de Direito- Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga-MG, Anaclaragilcele@icloud.com;
[4]Graduandado 4º período do Curso de Direito — Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga MG Guilherme-m01@hotmail.com;
[5]Graduando do 4º período do Curso de Direito — Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga-MG, Lucasgabrielandrade27@gmail.com;
[6]Graduando do 4º período do Curso de Direito — Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga-MG. Castromriaclara903@gmail.com;
[7]Graduando do 4º período do Curso de Direito — Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga-MG. Raphaellacosantos@gmail.com;
'Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino — (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: A violência doméstica representa um grave problema social e de saúde pública, afetando milhares de mulheres em todo o Brasil. Com a promulgação da Lei n° 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foram instituídos mecanismos de prevenção, proteção e punição destinados ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, fortalecendo a garantia dos direitos fundamentais e a atuação dos órgãos responsáveis pela proteção das vítimas**. Objetivo:** Analisar a efetividade da Lei Maria da Penha como instrumento de proteção às mulheres em situação de violência doméstica, destacando seus principais mecanismos de proteção, sua constitucionalidade, os avanços alcançados desde sua promulgação e os desafios que ainda comprometem sua plena aplicação. **Métodos**: O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida por meio da análise da Lei n° 11.340/2006, da Lei n° 14.994/2024, da Constituição Federal, de decisões do Supremo Tribunal Federal, especialmente a ADC n° 19 e a ADI n° 4.424, bem como de publicações

ISBN: 978-85-64736-23-8



doutrinárias e documentos oficiais relacionados ao enfrentamento da violência doméstica no Brasil. **Resultados:** A pesquisa evidenciou que a Lei Maria da Penha promoveu importantes avanços na proteção das mulheres, especialmente pela criação das medidas protetivas de urgência, pelo fortalecimento da rede de atendimento e pela responsabilização mais efetiva dos agressores. Observou-se, entretanto, que a persistência dos elevados índices de violência doméstica e feminicídio demonstra que a efetividade da legislação depende da ampliação das políticas públicas, da fiscalização das medidas protetivas, da estrutura adequada dos órgãos responsáveis e da conscientização da sociedade. **Conclusão:** Conclui-se que a Lei Maria da Penha constitui um dos principais instrumentos de proteção dos direitos das mulheres no ordenamento jurídico brasileiro. Embora tenha proporcionado avanços significativos no combate à violência doméstica, sua efetividade depende da atuação integrada do Poder Público, do fortalecimento das políticas de prevenção, da ampliação da rede de atendimento e da promoção de mudanças culturais capazes de reduzir a violência de gênero.

Palavras-chave: efetividade; Lei Maria da Penha; violência doméstica.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG, pelo convite e pela oportunidade de compartilhar a pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



O SPRAY DE PIMENTA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE A PROTEÇÃO PREVENTIVA E A RESPOSTA SIMBÓLICA DO ESTADO[1]

Aline de Souza Godinho[2]; Daniel Calixto Martins Ribeiro[3]; Gustavo Jean Bittencourt de Castro[4]; Roberta Geralda de Faria[5]; Ricardo Agusto de Bessas[6].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG.
[2]Graduanda do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: alinegodinhoo@gmail.com;
[3]Graduando do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail danielcmr03@gmail.com;
[4]Graduando do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Monitor de Penal e Processo Penal; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: gusjean1@outlook.com;
[5]Graduanda do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Monitora de Direito Civil; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: robertafaria09@gmail.com;
[6] Professor do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga/MG, Brasil. Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Organizador do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher constitui um dos mais persistentes problemas sociais e jurídicos brasileiros, demandando a constante implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e à proteção das vítimas. Embora a Lei nº 11.340/06 represente importante marco normativo nesse contexto, os elevados índices de violência doméstica e feminicídio evidenciam a necessidade de adoção de medidas complementares capazes de ampliar a segurança das mulheres em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, com o advento da Lei nº 15.474/26, a autorização do uso de spray de pimenta como instrumento de defesa pessoal tem sido apresentada como alternativa para reduzir riscos imediatos, suscitando debates acerca de sua efetividade enquanto política pública. **Objetivo**: Investigar se a autorização do spray de pimenta para mulheres constitui medida eficaz de enfrentamento à violência de gênero ou se representa resposta predominantemente simbólica diante das limitações das atuais políticas públicas de proteção.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Métodos: O estudo será desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e documental, com análise da legislação pertinente, especialmente da Lei nº 11.340/06 e da Lei nº 15.474/26, de doutrina especializada acerca da violência de gênero, das políticas públicas de proteção à mulher e de dados oficiais relacionados à violência doméstica e ao feminicídio, buscando estabelecer uma avaliação crítica da efetividade dessa medida no contexto brasileiro. **Resultados**: O spray de pimenta pode representar relevante instrumento complementar de autoproteção em situações emergenciais, contribuindo para ampliar as possibilidades imediatas de defesa da mulher. Todavia, sua utilização isolada não se revela suficiente para enfrentar as causas estruturais da violência de gênero, exigindo a atuação integrada do Estado mediante fortalecimento das medidas protetivas, aperfeiçoamento da rede de atendimento às vítimas, efetividade da persecução penal e desenvolvimento de políticas públicas preventivas. **Conclusão**: Conclui-se que a autorização do spray de pimenta possui potencial para reforçar a proteção individual da mulher, mas sua efetividade depende da articulação com políticas públicas estruturantes, capazes de promover prevenção, assistência e responsabilização dos agressores, evitando que a medida se limite a uma resposta meramente simbólica frente ao crescente cenário de violência de gênero.

Palavras-chave: políticas públicas; spray de pimenta; violência de gênero.

ISBN: 978-85-64736-23-8



CRIME IMPOSSÍVEL: ANÁLISE JURÍDICA DO ARTIGO 17 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO[1]

Gabriela Kariny Costa[2]; Ellen Dias Miranda[3]; Altair Resende de Alvarenga[4].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG.
[2]Gabriela Kariny Costa, 4° período Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: gabrielakariny74@gmail.com;
[3]Ellen Dias Miranda, 4° período de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: ellenmiranda357@gmail.com;
[4]Altair Resende de Alvarenga, Juiz de Direito Da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga e professor de Direito Penal I, II, III e IV do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: De acordo com o artigo 17 do Código Penal brasileiro, crime impossível ocorre quando, por absoluta ineficácia do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível a consumação do delito. Nesses casos, a lei entende que não há risco real ao bem jurídico protegido, razão pela qual o agente não pode ser punido pela tentativa. A relevância deste tema para o direito penal caracteriza-se pelo fato de estabelecer limites ao poder punitivo do Estado e diferenciar situações de tentativa punível, daquelas em que o resultado jamais poderia ocorrer**. Objetivo**: Analisar o conceito de crime impossível, seus requisitos, fundamentos legais e aplicação prática no Direito Penal brasileiro, destacando as hipóteses em que a tentativa deixa de ser punível em razão da impossibilidade absoluta de consumação do delito. **Métodos**: A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, utilizando a legislação vigente, especialmente o artigo 17 do Código Penal, além de doutrina especializada e entendimentos da jurisprudência. O método adotado foi o dedutivo, com análise de conceitos jurídicos e exemplos práticos para melhor compreensão do tema. **Resultados**: Verificou-se que o crime impossível impede a responsabilização penal quando não existe nenhuma possibilidade de o agente atingir o resultado pretendido. Também foi constatado que a impossibilidade deve ser absoluta, pois, quando for apenas relativa, permanece configurada a tentativa punível. A análise da doutrina e da jurisprudência demonstra que a correta distinção entre impossibilidade absoluta e relativa é essencial para a aplicação justa da lei penal.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Conclusão: Conclui-se que o crime impossível representa uma importante limitação ao direito de punir do Estado, uma vez que não há lesão nem perigo concreto ao bem jurídico protegido. Dessa forma, o artigo 17 do Código Penal assegura que apenas condutas capazes de gerar efetivo risco sejam punidas, garantindo a observância dos princípios da legalidade, da ofensividade e da proporcionalidade no Direito Penal.

Palavras-chave: crime impossível; direito penal; tentativa.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG, aos professores e a todos aqueles que contribuíram para a realização desta pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DA MULHER NO BRASIL[1]

Giovana Natale Pedrosa[2]; Ricardo Augusto de Bessas[3].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG;
[3]Professor de Direito Processual Penal no curso de Direito do UNIFOR-MG; e-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa o mais importante marco normativo na proteção dos direitos das mulheres no Brasil. Criada para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar, a legislação surgiu em resposta às recomendações internacionais e à necessidade de garantir maior efetividade na tutela da dignidade, da integridade física e psicológica da mulher. Desde sua promulgação, a lei promoveu significativos avanços no enfrentamento da violência de gênero. **Objetivo:** Analisar os principais avanços proporcionados pela Lei Maria da Penha e discutir os desafios ainda existentes para sua plena efetivação, considerando aspectos jurídicos, sociais e institucionais relacionados à proteção da mulher. **Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando legislação vigente, doutrina especializada, artigos científicos e decisões dos tribunais superiores. Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, visando compreender a evolução normativa e a aplicação prática da Lei Maria da Penha. **Resultados:** Verificou-se que a Lei Maria da Penha ampliou os mecanismos de proteção às vítimas, instituiu medidas protetivas de urgência, fortaleceu a atuação da rede de atendimento e contribuiu para maior conscientização social sobre a violência de gênero. Contudo, persistem desafios relacionados à subnotificação dos casos, à insuficiência de políticas públicas, à desigualdade regional na oferta de serviços especializados e à necessidade de maior capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas e pela aplicação da legislação. **Conclusão:** Conclui-se que a Lei Maria da Penha constitui instrumento essencial para a proteção dos direitos fundamentais das mulheres e para o enfrentamento da violência doméstica. Entretanto, sua efetividade depende da atuação integrada do Estado, do Poder Judiciário e

ISBN: 978-85-64736-23-8



da sociedade, por meio do fortalecimento das políticas públicas, da educação para a igualdade de gênero e da ampliação do acesso à justiça, garantindo proteção integral e efetiva às mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; proteção da mulher; violência doméstica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA PRESA NO BRASIL[1]

Nicoly Vieira Borges[1]; Ricardo Augusto de Bessas[2].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG;
[3]Professor de Direito Processual Penal no curso de Direito do UNIFOR-MG; e-mail: rabessas@gmail.com.

Introdução: A audiência de custódia constitui importante mecanismo de controle da legalidade da prisão e de proteção dos direitos fundamentais da pessoa presa. Prevista nos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, especialmente na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro e posteriormente regulamentada pela Lei n.º 13.964/2019 (Pacote Anticrime). O instituto busca assegurar que toda pessoa presa seja apresentada, em regra, por videoconferência, logo após a captura, à autoridade judicial, permitindo a análise da legalidade da prisão e da eventual ocorrência de tortura ou maus-tratos. **Objetivo:** Analisar a importância da audiência de custódia como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais da pessoa presa, destacando sua contribuição para o controle da legalidade das prisões e a preservação da dignidade humana no processo penal brasileiro. **Métodos:** A pesquisa adotou abordagem qualitativa, mediante revisão bibliográfica e documental, com análise da Constituição Federal, do Código de Processo Penal, dos tratados internacionais de direitos humanos, das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e da doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores relacionadas ao tema. **Resultado:** Constatou-se que a audiência de custódia fortalece as garantias processuais ao submeter imediatamente a prisão ao controle jurisdicional, reduzindo prisões ilegais ou desnecessárias, ampliando a utilização de medidas diversas da prisão e possibilitando a identificação de eventuais violações à integridade física e psicológica do preso. Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais e operacionais, como a precariedade de equipamentos de videoconferência em unidades prisionais ou a dificuldade de deslocamento do preso, quando requisitado pelo juiz, em razão da falta de viaturas ou policiais. **Conclusão:** Conclui-se que a audiência de custódia representa relevante instrumento de concretização dos direitos fundamentais, promovendo maior controle da

ISBN: 978-85-64736-23-8



atividade estatal, respeito ao devido processo legal e à dignidade da pessoa humana. Contudo, sua plena efetividade depende da uniformização de procedimentos, do fortalecimento da estrutura do sistema de justiça criminal e da observância efetiva das garantias constitucionais pelo poder jurisdicional.

Palavras-chave: audiência de custódia; direitos fundamentais; prisão.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A INEFETIVIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE[1]

Maria Eduarda de Deus[2]; Nélida Reis Caseca Machado[3].

[1]Resultados iniciais da pesquisa desenvolvida a partir da discussão em sala de aula do Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR/MG;
[2]Graduanda do 2º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: mariaeduardadedeus101020071@gmail.com;
[3]Professora de Processo Constitucional e Prática Constitucional no Curso de Direito, Pesquisadora no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento. Embora sinais clínicos possam ser identificados na primeira infância, no Brasil o diagnóstico ocorre, em média, entre os quatro e seis anos de idade, evidenciando um cenário de detecção tardia. Esse atraso compromete a eficácia das intervenções, visto que a literatura demonstra que o atendimento precoce favorece o desenvolvimento cognitivo, social e adaptativo ao passo que a detecção precoce do transtorno poderá agilizar e favorecer o desenvolvimento da criança. **Objetivo:** Analisar a efetividade dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) destinados ao diagnóstico e tratamento do TEA, identificando os principais entraves à detecção precoce e seus impactos no desenvolvimento da pessoa autista. **Métodos:** Inicialmente será feita uma revisão bibliográfica para aferir o estado da arte e, posteriormente, uma pesquisa de campo para conferir os achados da revisão bibliográfica na cidade de Formiga. **Resultados:** Identificar as fragilidades da atenção primária à saúde, com observação dos seguintes pontos, que serão confirmados na revisão de literatura: insuficiente capacitação dos profissionais para identificação de sinais precoces; presença de protocolos padronizados de triagem; listas de espera na oferta de serviços especializados; funcionamento integral da Rede de Atenção Psicossocial. **Conclusão:** A hipótese inicial é que, apesar dos avanços científicos e normativos voltados à proteção dos direitos da pessoa com TEA,

ISBN: 978-85-64736-23-8



persistem dificuldades estruturais na efetivação das políticas públicas, o que compromete tanto o direito à saúde quanto a inclusão social, prejudicando o desenvolvimento infantil e dificultando a efetivação do direito à saúde.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; diagnóstico precoce; transtorno do espectro autista.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER NO PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO[1]

João Paulo Garcia Assunção[2]; Maria Fernanda de Lima Moura[2].

[1]Trabalho desenvolvido no âmbito do grupo de estudos "Direitos Humanos Fundamentais" coordenado pela professora Maria Fernanda de Lima Moura, do curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduando em direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Monitor de Direito Público. E-mail: joaopaulogarcia111@gmail.com;
[3]Professora titular no curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: A desigualdade de gênero permanece como um dos principais obstáculos à efetivação dos direitos fundamentais das mulheres, refletindo-se nas relações sociais e, inclusive, na atuação das instituições responsáveis pela aplicação da Justiça. Nesse contexto, a revitimização caracteriza-se pela reprodução de práticas, discursos e estereótipos que submetem a mulher a constrangimentos durante o processo judicial, comprometendo o acesso à justiça e a proteção de sua dignidade. **Objetivo**: Analisar a revitimização da mulher nas práticas judiciárias brasileiras, destacando a importância da incorporação do protocolo de perspectiva de gênero na atividade jurisdicional a fim de se concretizar a igualdade. **Métodos**: Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida por meio do método hipotético-dedutivo, com análise da Constituição, da legislação, do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça e doutrina sobre direitos fundamentais. **Resultados**: Apesar dos avanços normativos voltados à proteção dos direitos das mulheres, ainda persistem práticas judiciais influenciadas por padrões discriminatórios que reforçam desigualdades estruturais e contribuem para a revitimização das vítimas. Verifica-se que a adoção da perspectiva de gênero na interpretação e aplicação do Direito representa importante mecanismo para a superação dessas distorções, promovendo decisões compatíveis com os princípios da dignidade humana, igualdade e acesso à justiça. **Conclusão**: A efetividade dos direitos das mulheres depende não apenas da existência de normas protetivas, mas também da atuação consciente e comprometida dos operadores do Direito na eliminação de preconceitos e estereótipos historicamente reproduzidos pelo sistema de justiça.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Palavras-chave: desigualdade de gênero; perspectiva de gênero; revitimização.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A EXPANSÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NA RESPONSABILIDADE CIVIL BRASILEIRA[1]

João Paulo Garcia Assunção[2]; Fábio Antunes Gonçalves[2].

[1]Resultados parciais de artigo científico desenvolvido no âmbito do NEP-Núcleo de Extensão e Pesquisa e da disciplina de Direito Civil IV do curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduando em direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Monitor de direito público. E-mail: joaopaulogarcia111@gmail.com;
[3]Professor do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: fabio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: A constitucionalização do Direito Civil, especialmente após a Constituição Federal de 1988, promoveu significativa ampliação da tutela da dignidade da pessoa humana, influenciando diretamente a evolução da responsabilidade civil. Nesse contexto, surgiram novas categorias de danos indenizáveis, voltadas à proteção de interesses existenciais e extrapatrimoniais da vítima. **Objetivo**: O presente trabalho tem como objetivo analisar a expansão dos chamados "novos danos" na responsabilidade civil brasileira, destacando seus fundamentos jurídicos, principais espécies e os desafios decorrentes de sua crescente aplicação. **Métodos**: A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e jurisprudencial, utilizando o método hipotético-dedutivo, com base na doutrina contemporânea, na Constituição Federal, no Código Civil e em decisões dos tribunais superiores. **Resultados**: Os resultados demonstram que a valorização da dignidade da pessoa humana favoreceu o reconhecimento de novas modalidades indenizáveis, como o dano existencial, o dano biológico, o dano estético, o dano morte e a perda de uma chance, ampliando a proteção conferida às vítimas. Entretanto, observa-se que a multiplicação dessas categorias também suscita debates quanto aos limites da reparação civil, à possibilidade de sobreposição de indenizações e à preservação da segurança jurídica. **Conclusão**: Conclui-se que a evolução da responsabilidade civil representa importante mecanismo de efetivação dos direitos fundamentais, mas sua aplicação exige critérios técnicos e interpretação equilibrada, de modo a assegurar proteção integral à vítima sem comprometer a coerência do sistema jurídico.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Palavras-chave: danos extrapatrimoniais; dignidade da pessoa humana; responsabilidade civil

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A RESPONSABILIDADE PENAL NOS ESPORTES RADICAIS: A DISTINÇÃO ENTRE DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE NO CASO DO ROPE JUMP EM LIMEIRA/SP[1]

Altair Resende de Alvarenga[2]; João Paulo Garcia Assunção[3].

[1]Trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina de Direito Penal do Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG;
[2]Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino - (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG;
[3]Graduando em direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Monitor de direito público. E-mail: joaopaulogarcia111@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A crescente popularização dos esportes radicais tem ampliado os debates acerca da responsabilidade penal decorrente de acidentes envolvendo atividades de elevado risco. Nesse contexto, o caso ocorrido em Limeira/SP, que resultou na morte de uma jovem durante a prática de *rope jump*, despertou relevante discussão jurídica sobre a correta tipificação da conduta dos responsáveis, especialmente quanto à distinção entre dolo eventual e culpa consciente. **Objetivo**: O presente trabalho tem como objetivo analisar os critérios utilizados pelo Direito Penal brasileiro para a responsabilização penal em acidentes envolvendo esportes radicais, destacando a importância da identificação do elemento subjetivo da conduta. **Métodos**: A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando o método hipotético-dedutivo, com fundamento na legislação penal, na doutrina especializada e em estudos relacionados ao caso concreto. **Resultados**: Os resultados demonstram que a responsabilidade penal, diferentemente da responsabilidade objetiva admitida em outros ramos do Direito, exige a comprovação de dolo ou culpa; é indispensável a análise das circunstâncias concretas do fato. Verificou-se que a diferenciação entre dolo eventual e culpa consciente representa um dos principais desafios da dogmática penal contemporânea, sobretudo em atividades de risco, nas quais o agente pode prever a ocorrência do resultado lesivo. Além disso, constatou-se que a prestação de serviços em esportes de aventura impõe elevado dever de cuidado aos organizadores, cuja inobservância poderá ensejar responsabilização criminal quando presentes

ISBN: 978-85-64736-23-8



os requisitos legais. **Conclusão**: Conclui-se que a definição da modalidade de imputação penal depende da análise individualizada de cada caso; não é possível estabelecer conclusões antecipadas apenas com base na repercussão social do fato, devendo prevalecer a observância dos princípios da responsabilidade subjetiva, da culpabilidade e do devido processo legal.

Palavras-chave: culpa consciente; dolo eventual; responsabilidade penal.

Os autores agradecem ao UNIFOR pela possibilidade da pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



LEGÍTIMA DEFESA E ESTADO DE NECESSIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO[1]

Júlia Geralda de Brito[2]; Altair Resende de Alvarenga[3]

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG.
[2]Graduanda do 4° período do Curso de Direito pelo UNIFOR-MG, Formiga-MG;
E-mail: juliabritoo235@gmail.com;
[3]Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: O Código Penal prevê hipóteses excepcionais em que uma conduta típica deixa de ser considerada ilícita, destacando-se a legítima defesa e o estado de necessidade como causas legais de exclusão da ilicitude. Esses institutos desempenham papel fundamental na proteção de bens jurídicos e na concretização dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da justiça, exigindo interpretação criteriosa para sua correta aplicação diante das circunstâncias do caso concreto. **Objetivo:** Analisar os institutos da legítima defesa e do estado de necessidade, evidenciando seus fundamentos jurídicos, requisitos legais, diferenças e relevância para a aplicação do Direito Penal brasileiro. **Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza explicativa e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise da legislação penal, da doutrina especializada e da jurisprudência dos tribunais superiores acerca das causas excludentes de ilicitude. **Resultados:** A análise demonstrou que, embora ambos os institutos afastem a ilicitude da conduta, apresentam pressupostos jurídicos distintos. A legítima defesa exige agressão injusta, atual ou iminente, autorizando reação necessária e moderada para proteção de direito próprio ou de terceiro. Por sua vez, o estado de necessidade decorre da existência de perigo atual e inevitável, permitindo o sacrifício de bem jurídico de menor relevância para preservar outro de maior valor. Verificou-se, ainda, que a distinção entre esses institutos possui relevante impacto na interpretação das normas penais, contribuindo para decisões judiciais mais seguras e compatíveis com os princípios constitucionais. **Conclusão:** Conclui-se que a legítima defesa e o estado de necessidade constituem importantes mecanismos de exclusão da ilicitude no

ISBN: 978-85-64736-23-8



ordenamento jurídico brasileiro, assegurando a proteção de direitos fundamentais e a adequada aplicação do Direito Penal em situações excepcionais. A correta compreensão de seus requisitos e limites fortalece a segurança jurídica, evita interpretações equivocadas e contribui para a efetivação da justiça penal.

Palavras-chave: estado de necessidade; exclusão da ilicitude; legítima defesa.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG, pelo convite e pela oportunidade de compartilhar a pesquisa.

ISBN: 978-85-64736-23-8

O LIVRAMENTO CONDICIONAL NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: ENTRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO E A PROTEÇÃO DA SOCIEDADE[1]

Gabriela Rodarte Medeiros[2]; Angelina Maria Pereira[3]; Kamilla Cristina Aleixo Morais[4]; Altair Resende de Alvarenga[5].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG.
[2]Graduanda do 4º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: gabrielarodarte902@gmail.com;
[3]Graduanda do 4º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: angelinamaria1003@hotmail.com;
[4]Graduanda do 4º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: kamillaaleixo18@gmail.com;
[5]Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Del Museo Social Argentino - (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: O livramento condicional, regulamentado nos artigos 83 a 90 do Código Penal brasileiro, constitui um importante mecanismo de progressiva reintegração do condenado ao convívio social, desde que cumpridos os requisitos objetivos e subjetivos previstos em lei. Trata-se de um instituto jurídico voltado à ressocialização do apenado, permitindo o retorno gradual à sociedade sob determinadas condições. Contudo, sua concessão frequentemente desperta debates, colocando em lados opostos a necessidade de reinserção social do condenado e a preocupação da sociedade com a segurança pública e a prevenção da reincidência criminal. Assim, o problema desta pesquisa consiste em analisar como o Direito Penal busca equilibrar esses dois interesses legítimos. **Objetivo:** Examinar a dupla função do instituto do livramento condicional na Parte Geral do Código Penal, demonstrando que as condições impostas pela lei para a concessão do benefício funcionam tanto como incentivo à ressocialização do condenado quanto como mecanismo de acompanhamento estatal, conciliando a reintegração social com a proteção da coletividade. **Métodos:** A pesquisa pautou-se pelo método dedutivo, utilizando uma abordagem qualitativa de natureza teórica e documental. A revisão bibliográfica limitou-se à análise dogmática da Parte Geral do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), com foco nos critérios de concessão e revogação do livramento condicional

ISBN: 978-85-64736-23-8



previstos nos artigos 83 a 87. **Resultados:** Os resultados apontam que o livramento condicional não deve ser compreendido como um simples ato de clemência, mas como um importante instrumento de política criminal voltado à ressocialização do condenado. Verificou-se que a análise dos requisitos legais previstos para a concessão do benefício representa o ponto de equilíbrio entre a proteção da sociedade e o direito do condenado à reinserção social. **Conclusão:** Conclui-se que a correta aplicação do instituto demonstra que a ressocialização e a segurança pública não são objetivos incompatíveis, mas valores que podem ser harmonizados por meio da fiscalização estatal e do cumprimento das condições impostas ao beneficiário.

Palavras-chave: livramento condicional; ressocialização; dignidade da pessoa humana.

ISBN: 978-85-64736-23-8



O PODER DE TRIBUTAR E A LIBERDADE DE PLANEJAR: A EC n.132/2023 À LUZ DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA[1]

Camila Cristina de Moura Abreu[2]; Nélida Caseca Reis Machado[3].

[1]Resultados finais do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito;
[2]Graduanda em Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: camilamoura21@hotmail.com;
[3]Profa de Processo Constitucionsl e Prática Constitucional, pesquisadora no Centro Universitário de Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: O sistema tributário brasileiro caracteriza-se por elevada complexidade normativa, multiplicidade de tributos e frequentes dificuldades de interpretação, fatores que comprometem a segurança jurídica e aumentam os custos de conformidade das empresas. Nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu significativa reforma tributária, introduzindo os princípios da transparência e da simplicidade como diretrizes do novo modelo de tributação. **Objetivo:** Examinar os impactos da Reforma Tributária sobre o planejamento tributário empresarial, analisando de que forma os princípios da transparência e da simplicidade influenciam a relação entre o poder de tributar do Estado e a liberdade de adoção de estratégias de planejamento tributário lícito. **Métodos:** A pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida pelo método dedutivo, com análise da Emenda Constitucional nº 132/2023, da legislação pertinente, da doutrina especializada e de artigos científicos sobre o tema. Como complemento metodológico, foi elaborada uma simulação de caso hipotético envolvendo uma empresa industrial tributada pelo regime do Lucro Real, possibilitando a comparação entre o sistema tributário vigente e o modelo previsto para 2033, baseado no IBS, na CBS e no mecanismo de arrecadação denominado Split Payment. **Resultados:** Verificou-se que os princípios da transparência e da simplicidade possuem potencial para reduzir a complexidade operacional do sistema tributário, ampliar a previsibilidade das normas e favorecer a elaboração de estratégias de planejamento tributário lícito. A simulação evidenciou maior racionalidade no novo modelo, com possibilidade de redução dos custos de conformidade e fortalecimento da segurança jurídica. **Conclusão:** Conclui-se que a Reforma Tributária tende a promover maior eficiência, uniformidade e segurança jurídica nas

ISBN: 978-85-64736-23-8



relações entre fisco e contribuintes, embora a concretização desses benefícios dependa da adequada regulamentação e da efetiva implementação das novas normas durante o período de transição.

Palavras-chave: direito tributário; reforma tributária; princípio da transparência.

ISBN: 978-85-64736-23-8



FRAUDES BANCÁRIAS CONTRA IDOSOS: VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR E RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS[1]

Roberta Geralda de Faria[2]; Fábio Antunes Gonçalves[3].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda do 10º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG; Monitora de Direito Civil. E-mail: robertafaria09@gmail.com;
[3]Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: fabio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O avanço da tecnologia e a ampliação dos serviços bancários digitais proporcionaram maior praticidade aos consumidores, mas também contribuíram para o aumento de fraudes financeiras, especialmente contra idosos. Esse grupo é considerado hipervulnerável nas relações de consumo em razão da menor familiaridade com recursos digitais, da confiança excessiva em atendimentos telefônicos e da maior suscetibilidade a práticas abusivas. Entre os golpes mais recorrentes estão empréstimos consignados não autorizados, clonagem de cartões, transferências indevidas, phishing e falsas centrais bancárias. Nessas situações, discute-se a responsabilidade objetiva das instituições financeiras, fundamentada no Código de Defesa do Consumidor e na teoria do risco do empreendimento. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar as principais modalidades de fraudes bancárias praticadas contra idosos, bem como examinar a responsabilidade civil das instituições financeiras diante de falhas na prestação de serviços e insuficiência dos mecanismos de segurança. Busca-se, ainda, verificar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto da Pessoa Idosa na proteção desses consumidores. **Metodologia:** A pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise de legislação, doutrina, jurisprudência e casos concretos relacionados às fraudes bancárias envolvendo consumidores idosos. **Resultados:** A necessidade de fortalecimento das políticas de segurança digital, de maior fiscalização das instituições financeiras e de medidas preventivas voltadas à educação financeira e tecnológica da população idosa configuram relevante violação aos direitos do consumidor, exigindo proteção reforçada e atuação preventiva das instituições financeiras. **Conclusão:** Conclui-se que a responsabilização civil dos bancos e a implementação de mecanismos

ISBN: 978-85-64736-23-8



eficazes de segurança mostram-se fundamentais para assegurar relações de consumo mais seguras e proteção à dignidade da pessoa idosa.

Palavras-chave: direito do consumidor; fraudes bancárias; idosos. responsabilidade civil.

ISBN: 978-85-64736-23-8



AUTONOMIA PRIVADA DO PACIENTE E A ORTOTANÁSIA: DIREITO OU DEVER DE VIVER?[1]

Gean Carlos Sousa[2]; Maria Fernanda de Lima Moura[2].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos "Direitos Fundamentais" coordenado pela professora Maria Fernanda de Lima Moura;
[2]Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: gcs0605004@gmail.com;
[3]Professora titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, e coordenadora do grupo de estudos "Direitos Humanos Fundamentais", E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: O princípio da dignidade humana e o direito à morte digna frequentemente colidem com a interpretação rígida da inviolabilidade da vida, como um valor absoluto mantido pelo Estado. Por outro lado, as normas do Estatuto do Paciente, por meio da Diretiva Antecipada de Vontade, reconhecem a autonomia individual e o exercício do consentimento livre e esclarecido do indivíduo submetido a tratamento de saúde. Dessa forma, enquanto a legislação penal criminaliza a eutanásia, outras normas redefinem a ortotanásia e a aplicação de Diretiva Antecipada de Vontade, criando um cenário de insegurança jurídica ao paciente. **Objetivo**: Analisar os limites do direito inviolável à vida perante as normas do Estatuto do Paciente, que reconhecem a autonomia privada no direito de decidir as abordagens médico-terapêuticas pela possibilidade ou não do procedimento da ortotanásia. **Métodos**: Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida por meio do método hipotético-dedutivo, com análise da Constituição, da legislação penal e Estatuto do paciente. **Resultados**: Questiona-se até que ponto o Estado pode impor o dever de manutenção biológica da vida em detrimento da qualidade e vontade do paciente em fase terminal, em casos de desrespeito de sua manifestação de vontade pela ortotanásia. A indisponibilidade absoluta do direito à vida pode representar um anacronismo frente aos direitos fundamentais, que garantem a dignidade no processo de morrer. **Conclusão**: O direito à vida deve ser reinterpretado frente à situações de manifestações de autodeterminação do paciente terminal que recusa tratamentos médico-terapêuticos que acarretam a distanásia. O fortalecimento do Estatuto do Paciente é indispensável para garantir eficácia às Diretivas Antecipadas de Vontade e resguardar tanto a autonomia do paciente quanto a segurança jurídica dos profissionais de

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



saúde na prática dos cuidados paliativos e da ortotanásia.
Palavras-chave: autonomia privada; direito a vida; ortotanásia.

ISBN: 978-85-64736-23-8



LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO QUANTO AO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NO BRASIL[1]

André Miranda Costa Terra[2]; Letícia D`Carlos Pinheiro Frazão[3]; Maria Fernanda de Lima Moura[4].

[1]Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos Direitos Humanos Fundamentais;
[2]Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: andremcterra@gmail.com;
[3]Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: leticiadcarlos10@gmail.com;
[5]Professora titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, e coordenadora do grupo de pesquisas “Direitos Humanos Fundamentais”.

RESUMO

Introdução: A liberdade de expressão constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito pois indispensável à participação política e ao pluralismo de ideias. No entanto, esse direito não é absoluto, encontrando limites quando se conflita com valores igualmente protegidos, como a dignidade humana e a igualdade. Nesse contexto, ganha relevância o debate acerca do discurso de ódio dirigido à população LGBTQIA+, grupo historicamente vulnerabilizado e alvo de discriminação estrutural. **Objetivo**: Analisar os limites da liberdade de expressão no Brasil diante de manifestações que configuram discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+, à luz da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e da jurisprudência dos tribunais superiores. **Métodos**: Pesquisa qualitativa e bibliográfica, com abordagem teórico-documental, fundamentada no método hipotético-dedutivo. **Resultados:** O ordenamento jurídico brasileiro, embora careça de legislação específica sobre discurso de ódio contra a população LGBTQIA+, avançou significativamente com por meio de julgamentos do STF, que equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo nos termos da Lei 7.716/1989. O discurso de ódio proferido, especificamente, por agentes políticos assume caráter agravado, uma vez que, parte de detentores de representação popular, produz efeito multiplicador sobre a sociedade, naturalizando, assim, a discriminação e instrumentalizando o preconceito no debate público. **Conclusão:** O discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ não encontra amparo na liberdade de expressão, pois

ISBN: 978-85-64736-23-8



deve cessar perante a dignidade humana. Reconhecer esse limite não é restringir o exercício democrático, mas fortalecê-lo. Somente com a atuação conjunta entre Estado e sociedade haverá a efetiva proteção das minorias e a consolidação de seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: discurso de ódio; liberdade de expressão; população lgbtqia+.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, MOTIVAÇÕES E VARIÁVEIS DE TREINAMENTO DE CORREDORES DE RUA DE UMA REGIÃO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS[1]

Lucas Antônio dos Santos[2]; Paulo Márcio Montserrat[3]; José Carlos Leal[4].

[1]Resultados parciais do projeto de Lucas Antônio dos Santos, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG;
[2]Graduando em Educação Física do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista PICV. lucassantosedf2005@gmail.com;
[3]Professor do Centro Universitário de Formiga – Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; paulomarcio@uniformg.edu.br;
[4]Professor do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima, Roraima-RR; Brasil. E-mail: jose.leal@ufrr.br

RESUMO

Introdução: A corrida de rua consolidou-se como um fenômeno de massa no Brasil, caracterizando-se pela facilidade de acesso e benefícios biopsicossociais. Contudo, as especificidades regionais, influenciadas por fatores socioeconômicos e geográficos, podem determinar diferentes perfis de praticantes e comportamentos de treino. No Centro-Oeste mineiro, observa-se uma carência de dados sistematizados que caracterizem essa população. **Objetivo:** Investigar o perfil sociodemográfico, as motivações predominantes e as características da rotina de treinamento de corredores de rua residentes na região Centro-Oeste de Minas Gerais. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de campo com delineamento transversal, descritivo e abordagem quantitativa. A amostra será composta por corredores de ambos os sexos, recrutados de forma não probabilística por conveniência. O instrumento de coleta de dados consistirá em um questionário estruturado, aplicado via plataforma digital, abrangendo variáveis demográficas (idade, escolaridade, renda), histórico de prática (tempo de experiência, frequência semanal, volume em quilômetros) e aspectos de saúde (presença de orientação profissional e histórico de lesões). Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva (frequências, médias e desvio-padrão). **Resultados Esperados:** Espera-se identificar o predomínio de praticantes na faixa etária adulta, com motivações voltadas prioritariamente à saúde e qualidade de vida. Adicionalmente, busca-se diagnosticar o nível de adesão à supervisão profissional e identificar se as variáveis de treinamento (volume

ISBN: 978-85-64736-23-8



e intensidade) apresentam conformidade com as recomendações da literatura para a prevenção de lesões. A caracterização desta população fornecerá subsídios para que profissionais de Educação Física desenvolvam estratégias de intervenção mais assertivas e seguras, respeitando as particularidades do praticante.

Palavras-chave: corrida de rua; perfil; treinamento esportivo.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela viabilização do estudo.

ISBN: 978-85-64736-23-8



CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E LABORAL DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: ESTUDO TRANSVERSAL[1]

Júlia Nascimento Pessoa[2]; Lídia Quezia Pereira de Andrade[3]; Polliana Lúcio Lacerda Pinheiro[4]; Ivani Pose Martins[5]; Luciana Soares Rodrigues[6].

[1]Pesquisa aprovada no programa de iniciação científica do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda em Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntária do Projeto de Iniciação Científica. E-mail: julianpessoajulia@gmail.com;
[3]Graduanda em Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntária do Projeto de Iniciação Científica. E-mail: lidiaquezia12@gmail.com;
[4]Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Docente e coordenadora do curso de Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: pollianallacerda@gmail.com;
[5]Doutora em Ciências dos Alimentos, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Brasil. Docente do curso de Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil. E-mail: ivani@uniformg.edu.br;
[6]Doutora em Ciências da Saúde, Docente do curso de Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Orientadora no Programa de Iniciação Cientifica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: lusoarero@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: A caracterização do perfil sociodemográfico e laboral de docentes possibilita compreender aspectos relacionados ao contexto de trabalho desses profissionais, constituindo importante fonte de informação para estudos e ações no âmbito da saúde do trabalhador. **Objetivo:** Caracterizar o perfil sociodemográfico e laboral de docentes de uma instituição de ensino do interior de Minas Gerais. **Métodos:** Estudo quantitativo, descritivo e transversal, conduzido em uma instituição de ensino do interior de Minas Gerais, cuja população elegível foi constituída por 128 docentes do quadro funcional. A amostra, obtida por conveniência, foi composta por 52 participantes, com coleta de dados por meio de questionário estruturado, realizada entre novembro de 2025 e maio de 2026. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** Os resultados evidenciaram predominância de docentes na faixa etária de 41 a 50 anos (44,23%), do sexo feminino (53,85%) e com estado civil casado (69,23%). Quanto à titulação, observou-se predomínio de professores mestres (42,31%) e doutores (28,85%). Em relação ao tempo de atuação na instituição a maioria dos docentes encontrava-se na faixa entre 11 e 20 anos (46,15%), e 84,62% relataram participação em atividades de capacitação. No

ISBN: 978-85-64736-23-8



que se refere às funções exercidas, a maioria dedicava-se exclusivamente ou predominantemente à docência (80,77%), enquanto uma parcela menor (19,23%) acumulava atribuições de coordenação concomitantemente à docência. Quanto à ocorrência de acidentes de trabalho, 88,46% dos participantes relataram nunca ter sofrido esse tipo de evento. **Conclusão:** O conhecimento do perfil sociodemográfico e laboral dos docentes investigados pode subsidiar o planejamento de ações institucionais voltadas à valorização do trabalhador, à promoção da saúde e ao desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: docentes; condições de trabalho; saúde do trabalhador.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga e aos participantes.

ISBN: 978-85-64736-23-8



USO DE EXTRATOS ORGÂNICOS NA INDICAÇÃO DE PH DO SOLO PARA FINS AGRÍCOLAS[1]

Núbia de Paula[2]; Alex Magalhães de Almeida[3].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPEMIG;
[2]Graduanda em Bacharelado em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: nubiadepaula123@gmail.com;
[3]Professor Titular do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga-MG; Coordenador e Orientador de projetos no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: Conhecendo-se os procedimentos exaustivos que envolvem uma coleta de solo para análise, incluindo-se o pH, o presente trabalho pretende facilitar a obtenção do valor de pH de solos em um tempo menor, apesar de não se apresentar preciso numericamente. A informação sobre o pH é decisiva para o produtor rural, visto que, um dos maiores gastos realizados é a correção do solo para o plantio. Desta forma o presente trabalho é de interesse para que as decisões sejam tomadas com maior rapidez em função do plantio. Este aspecto pode acarretar economia para o produtor e agilizar seu plantio e consequente lucro ao final da colheita. **Objetivo**: Utilizar de antocianinas extraídas a partir de material vegetal, para indicar a faixa de pH dos solos. Elaborar uma escala de pH entre os valores nominais de 2 e 10 para facilitar a decisão do produtor. **Métodos**: Serão utilizados extratos de antocianinas obtidos a partir de repolho roxo, casca de berinjela, cebola roxa e jamelão. Serão utilizados solventes orgânicos e aquosos para a extração das antocianinas, e os experimentos iniciais serão realizados em solos da região de Formiga - MG. **Resultados**: Até o presente momento, os estudos indicam que é possível identificar a faixa numérica de pH por meio das colorações proporcionadas pelas antocianinas. **Conclusão**: Espera-se até o final do trabalho elaborar uma metodologia que o produtor possa executar no campo.

Palavras-chave: antocianinas; pHmetro; solventes orgânicos.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação

ISBN: 978-85-64736-23-8



científica ao discente responsável, e ao UNIFORMG pelos recursos e utilização de laboratórios.

ISBN: 978-85-64736-23-8



POTENCIAL CITOGENOTÓXICO DO CHÁ DE *PHYLLANTHUS NIRURI* AVALIADO PELO BIOENSAIO *ALLIUM CEPA*[1]

Maria Luisa Oliveira da Silva[2]; Lília Rosário Ribeiro[3].

[1]Resultados parciais de projeto de Maria Luisa Oliveira da Silva, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPEMIG;
[2]Graduanda em Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: malumarialuisa350@gmail.com;
[3]Doutora em Genética e Melhoramento de Plantas; Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaboradora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: *Phyllanthus niruri* é uma planta amplamente utilizada na medicina tradicional devido às suas propriedades antimicrobiana, antioxidante, anti-inflamatória, antiviral, diurética e hepatoprotetora. Apesar de seu potencial terapêutico, ainda são escassos os estudos sobre seus efeitos citogenotóxicos e antimutagênicos. **Objetivo:** Avaliar o potencial citogenotóxico do chá de *P. niruri* utilizando o bioensaio *Allium cepa*. **Métodos:** Na primeira etapa do estudo, sementes de *A. cepa* foram submetidas a diferentes protocolos de exposição ao chá de *P. niruri* e ao benzoato de sódio (controle positivo), incluindo tratamentos isolados, simultâneos e sequenciais, além do controle negativo com água destilada. Após os tratamentos, as raízes foram coletadas, fixadas em solução de Carnoy (3 etanol: 1 ácido acético) e armazenadas para posterior análise citogenética. O experimento foi conduzido em delineamento inteiramente casualizado, com três repetições de 50 sementes por tratamento, no Laboratório de Iniciação Científica III do Centro Universitário de Formiga. A segunda etapa compreenderá análises microscópicas de 5.000 células por tratamento, visando avaliar os efeitos do chá sobre o ciclo celular de *A. cepa*. **Resultados:** A taxa de germinação variou significativamente entre os tratamentos (Tukey, $p < 0,05$). O controle negativo apresentou a maior taxa de germinação, enquanto o controle positivo (benzoato de sódio) apresentou a menor. O tratamento simultâneo com chá e benzoato resultou em taxa de germinação significativamente superior à do controle positivo ($p < 0,05$), sugerindo possível efeito protetor do extrato vegetal frente à toxicidade do benzoato. O tratamento com chá isolado e as combinações sequenciais não diferiram significativamente entre si ($p > 0,05$), indicando que a ordem de

ISBN: 978-85-64736-23-8



exposição não influenciou de forma expressiva a germinação. **Conclusão:** Os resultados preliminares sugerem que o chá de *P. niruri* atenua os efeitos tóxicos macroscópicos induzidos pelo benzoato de sódio, dependendo do protocolo de exposição. As análises citogenéticas complementarão a investigação do potencial antimutagênico da espécie.

Palavras-chave: citogenotoxicidade; fitoterapia; quebra-pedra.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



NANOPARTÍCULAS DE COBRE NO MANEJO DA CERCOSPORIOSE DO CAFEEIRO[1]

Ruan de Jesus Marques Rezende[2]; Rayniê Lopes Rezende[2]; Julia Marques Oliveira[3].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, com concessão de bolsa PIC/REITORIA;
[2]Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil;
[3]Professora Doutora do UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil; orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: O cobre é importante como micronutriente e fungistático para o cafeeiro, porém fontes convencionais podem apresentar limitações relacionadas à solubilidade e à lixiviação. Nesse contexto, nanopartículas de cobre e zinco podem favorecer a liberação controlada, a biodisponibilidade, a penetração nos tecidos e a indução das defesas vegetais. **Objetivo**: Avaliar o efeito da aplicação foliar de fontes nanoestruturadas de cobre e zinco no rendimento produtivo do cafeeiro submetido a diferentes estratégias de manejo. **Métodos**; O experimento foi conduzido na Fazenda Boa Vista, município de Candeias - MG (20º48'54''S; 45º19'16''W). O manejo nutricional foi balizado por análises foliares e de solo na camada de 0 a 20 cm. O experimento foi conduzido em delineamento Inteiramente Casualizado (DIC), com os tratamentos distribuídos entre as plantas avaliadas. A área experimental foi constituída por uma linha contínua de 200 plantas, subdividida em trechos correspondentes aos tratamentos; foram avaliadas 12 plantas úteis por tratamento, com 19 plantas de bordadura em cada extremidade. Paralelamente, utilizou-se uma linha adjacente sob manejo padrão da fazenda. As aplicações foliares foram realizadas com atomizador costal Stihl SR 450 devidamente calibrado, seguindo as recomendações de bula para cada estádio fenológico do cafeeiro, com intervalos de 30 a 45 dias. O manejo classificado como “convencional reduzido” consistiu na aplicação de Curative (fosfito de potássio) utilizando-se metade da dose recomendada, com o objetivo de avaliar a eficiência da nanotecnologia em relação ao manejo convencional de indução de resistência. A colheita foi realizada por derriça manual, e a produtividade foi quantificada em litros por planta. **Resultados**: Os resultados parciais obtidos indicaram diferenças no rendimento produtivo entre os tratamentos avaliados. O tratamento

ISBN: 978-85-64736-23-8



conduzido com manejo convencional reduzido associado à fonte nanoestruturada alcançou o maior volume colhido, com 219 litros no total e média de 18,25 litros por planta. Outro manejo convencional associado à nanotecnologia registrou 17,92 litros por planta. O tratamento utilizando apenas a fonte nanoestruturada isolada apresentou 13,50 litros por planta, abaixo da testemunha (16,25 litros por planta) e do padrão da fazenda (15,00 litros por planta). **Conclusão**: Com base nos resultados parciais obtidos, a integração de fontes nanoestruturadas ao manejo de indução de resistência apresentou potencial para reduzir o uso de produtos convencionais sem comprometer o rendimento produtivo do cafeeiro. Entretanto, os resultados disponíveis indicam que as nanopartículas atuaram como complemento ao manejo convencional, não permitindo, nesta etapa do estudo, afirmar sua substituição integral. A continuidade das avaliações será necessária para uma conclusão definitiva sobre os efeitos dos tratamentos.

Palavras-chave: cafeeiro; cercosporiose; nanotecnologia.

ISBN: 978-85-64736-23-8



POTENCIAL AGRONÔMICO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS CONTENDO CÁLCIO E MAGNÉSIO NA CORREÇÃO DA ACIDEZ E NO DESENVOLVIMENTO DA SOJA[1]

Guilherme Garcia Ferreira[2]; Júlia Marques de Oliveira[3].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG como Voluntário ICAL;
[2]Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: guilhermegarciaf25@gmail.com;
[3]Prof. Dra. do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: juliamoliveira@uniformg.edu.br

RESUMO

Introdução: A acidez do solo é um dos principais fatores que limitam o desenvolvimento da soja em solos tropicais, devido aos baixos teores de cálcio e magnésio e à presença de alumínio tóxico. O reaproveitamento de resíduos industriais contendo esses elementos pode representar alternativa à calagem convencional, porém exige comprovação de eficiência agronômica e segurança ambiental. **Objetivo**: Avaliar o potencial agronômico de blends formulados com resíduos industriais contendo óxidos de cálcio e magnésio no desenvolvimento da soja. Material e **Métodos**: Foram conduzidos dois experimentos em casa de vegetação na Fazenda Laboratório do UNIFOR-MG, em vasos com 5 kg de solo (pH 4,5), utilizando a cultivar 64 HO 133 IPRO Iguaçu. O delineamento foi em blocos casualizados (DBC), com quatro repetições, e cada bloco continha 1 vaso por tratamento, distribuídos linearmente em bancadas sem uso de bordadura. O primeiro experimento avaliou três formulações em doses fixas: Blend 1 contendo cal extinta, pó de manganês e cal virgem dolomítica (3,75 g); Blend 2 contendo os mesmos componentes acrescidos de pó de aciaria (3,75 g); Blend 3 contendo cal extinta e K2O (3,50 g); além de cal hidratada dolomítica (26,6 g) e uma testemunha sem correção (0 g). No segundo experimento, as dosagens aplicadas variaram entre 0 g, 1,87 g, 3,75 g, 5,62 g e 7,5 g, comparadas ao calcário (7,5 g). **Resultados**: No primeiro experimento, não houve diferenças significativas entre os tratamentos a 5% de probabilidade. No segundo, a aplicação dos tratamentos elevou o pH do solo de 4,5 para 5,8. Estatisticamente, o Blend 1 destacou-se com uma média de 37,18 vagens e produtividade de 44,64 g, superando os 11,65

ISBN: 978-85-64736-23-8



vagens e 13,49 g obtidos no solo sem correção. Em relação às doses variáveis, a aplicação de 5,62 g proporcionou o maior pico de produtividade geral (48,42 g). O Blend 2, aplicado na dose de 3,75 g, obteve a maior altura de plantas (85,87 cm contra 56,47 cm da testemunha) e maior peso fresco da raiz (9,95 g). Verificou-se ainda que as dosagens limites muito elevadas causaram declínio na biomassa da parte aérea. **Conclusão**: Os resíduos industriais testados apresentam viabilidade agronômica como alternativas à calagem convencional. O significado agronômico dos blends reside na neutralização eficaz do pH ácido, disponibilizando cálcio e magnésio de forma a maximizar o vigor vegetal e a produtividade de grãos. Recomenda-se controle restrito das dosagens ideais (como 3,75 g e 5,62 g), uma vez que aplicações excessivas prejudicam o sistema radicular ao gerar desequilíbrio nutricional, pois o excesso de cálcio acaba competindo de forma tóxica com a absorção de potássio e magnésio pelas plantas.

Palavras-chave: acidez do solo; resíduos industriais; soja.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG) pelo apoio à realização deste trabalho.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ANÁLISE MORFOMÉTRICA COMO SUBSÍDIO AO DIAGNÓSTICO DE RISCOS DE ENCHENTES DA FAZENDA LARANJO, PEDRA DO INDAIÁ-MG[1]

Marielle Ribeiro Santos[2]; Gabriela Rodrigues[2]; Kátia Daniela Ribeiro[3].

[1]Resultados parciais de projeto de pesquisa, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; voluntária no Projeto de Iniciação Científica do UNIFOR-MG. E-mail: mariellerибeiro03@yahoo.com;
[3]Professora Titular II. Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: A análise morfométrica de bacias hidrográficas constitui uma ferramenta importante para o planejamento conservacionista, permitindo compreender a dinâmica do deflúvio superficial e subsidiary o manejo sustentável de água e do solo em propriedades rurais. **Objetivo**: Realizar a caracterização morfométrica da bacia hidrográfica que contribui à montante da Fazenda Laranjo, localizada no municipio de Pedra do Indaiá, na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, avaliando a susceptibilidade à ocorrência de enchentes. **Métodos:** Realizou-se o processamento de dados matriciais e vetoriais secundários, obtidos via TOPODATA, IDE-SISEMA e SICAR, em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando o software QGIS. A delimitação da bacia considerou os limites da propriedade como produtor rural como seção de controle, adotando-se o método de Strahler para a ordenação da rede de drenagem aplicando-se as equações hidrológicas da literatura para a estimative dos índices morfométricos. **Resultados Parciais**: Os resultados indicaram que a bacia de contribuição analisada possui formato estreito e alongado, evidenciado pelo coeficiente de compacidade de 1,42, fator de forma de 0,41, índice de circularidade de 0,49 e razão de elongação de 0,72, o que atua na redução da propensão a enchentes. Essa constatação ainda é sustentada pela baixa densidade de drenagem (1,44 km/km²) e pelo elevado tempo de concentração (7,24 horas). **Conclusão**: A bacia hidrográfica apresenta baixa susceptibilidade à ocorrência de enchentes, é recomendada a adoção de práticas preventivas de manejo e conservação do solo e da água para garantir que esse cenário seja favorável por muito tempo.

ISBN: 978-85-64736-23-8



Palavras-chave: hidrología; morfometria; manejo sustentável.

ISBN: 978-85-64736-23-8



SAÚDE OCULAR NA ESCOLA: AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACUIDADE VISUAL DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORMIGA-MG[1]

Ana Luiza Mendonça Castro[2]; Lília Rosário Ribeiro[3].

[1]Resultados parciais de projeto de Ana Luiza Mendonça Castro, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG;
[2]Graduanda em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: luizamendoncacastro3@gmail.com;
[3]Doutora em Genética e Melhoramento de Plantas; Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaboradora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A saúde ocular é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças e adolescentes, pois grande parte da aprendizagem ocorre pela visão, de modo que alterações visuais não diagnosticadas na infância podem comprometer o desempenho escolar e a autoestima dos estudantes. A escola representa, assim, espaço estratégico para a identificação precoce de problemas visuais, por meio de ações simples e de baixo custo. **Objetivo:** Realizar a triagem da acuidade visual de estudantes do ensino fundamental de uma escola pública do município de Formiga-MG. **Métodos:** Trata-se de estudo observacional descritivo, de abordagem quantitativa, realizado nos meses de junho e julho de 2026, envolvendo avaliação da acuidade visual por meio da tabela de Snellen, aplicação de questionário sobre sintomas oculares e encaminhamento dos casos alterados para consulta oftalmológica por meio de parceria com empresa privada. **Resultados:** Foram avaliados 115 estudantes, 54 do sexo feminino e 61 do sexo masculino. Desses, 37 (32,17%) apresentaram indícios de baixa acuidade visual e foram encaminhados para avaliação oftalmológica especializada. Em relação ao questionário de sintomas, 22 meninas e 23 meninos relataram cefaleia frequente, achado que pode estar associado à presença de alterações visuais não diagnosticadas. O elevado percentual de estudantes encaminhados para avaliação oftalmológica pode estar relacionado ao aumento do tempo de exposição às telas digitais, fator apontado na literatura como associado à maior prevalência de erros refrativos. Entretanto, a confirmação dessa hipótese requer investigação específica sobre os hábitos de uso de dispositivos eletrônicos pelos participantes. **Conclusão:** Conclui-se que a triagem visual por meio do teste

ISBN: 978-85-64736-23-8



de Snellen constitui estratégia eficaz e acessível para a detecção precoce de alterações visuais, reforçando a necessidade de ações de promoção da saúde ocular no ambiente escolar.

Palavras-chave: problemas visuais; saúde coletiva; Teste de Snellen.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ESTUDO DA UTILIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRONÔMICA DE FERTILIZANTE MINERAL MISTO EM CULTURAS AGRÍCOLAS[1]

Pedro Henrique de Castro Alves[2]; Julia Marques Oliveira[3]; Lucas Silveira[4]; João Vítor Pinheiro Albegaria[5].

[1]Informação sobre o trabalho: Resultados do projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG concessão de bolsa Agrical;
[2]Informação sobre os autores: Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da Agrical. E-mail: pdecastroalves@gmail.com;
[3]Informação sobre os autores: Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaborador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Informação sobre os autores: Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[5]Informação sobre os autores: Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: O agronegócio brasileiro depende diretamente do uso de fertilizantes para alcançar elevados índices de produtividade. Entretanto, a eficiência desses produtos pode variar conforme sua composição e as condições de cultivo. Dessa forma, a avaliação agronômica de fertilizantes minerais mistos é essencial para identificar alternativas que proporcionem melhor desenvolvimento das plantas e maior eficiência na utilização de nutrientes. **Objetivo**: Avaliar a eficiência agronômica de diferentes fertilizantes minerais mistos na cultura da alface (Lactuca sativa L.), comparando seu desempenho por meio da análise de características relacionadas ao crescimento e à produtividade das plantas. **Métodos**: Foram conduzidos experimentos em casa de vegetação e em campo, utilizando oito tratamentos, uma testemunha e sete fertilizantes minerais mistos. Durante o ciclo da cultura foram realizadas irrigação, adubação de cobertura, controle de plantas daninhas e monitoramento fitossanitário. Na colheita, foram avaliados índice SPAD, massa total, massa da parte aérea, altura das plantas, diâmetro do colmo, diâmetro da cabeça e área foliar. Os dados foram submetidos à análise estatística e ao teste de médias Scott-Knott a 5% de probabilidade. **Resultados**: Foram observadas diferenças significativas ($p<0,05$) entre os tratamentos para as variáveis avaliadas. O tratamento Mg+ (T2), da AGRICAL Fertilizantes, apresentou destaque, obtendo os maiores

ISBN: 978-85-64736-23-8



valores para índice SPAD, massa total, massa da parte aérea, altura das plantas e diâmetro da cabeça. O tratamento Polli SUMag (T7) também apresentou resultados expressivos em algumas variáveis, enquanto o MgS+ (T3) apresentou os menores resultados na maioria das avaliações. **Conclusão**: Os fertilizantes avaliados apresentaram respostas distintas no desenvolvimento da alface. O Mg+ (T2) destacou-se pelo desempenho superior em importantes características agronômicas, demonstrando potencial para contribuir com o desenvolvimento e a produtividade da cultura. Os resultados reforçam a importância da avaliação experimental dos fertilizantes para auxiliar na escolha de estratégias mais eficientes de manejo nutricional.

Palavras-chave: adubação; alface; fertilizantes minerais mistos.

Os autores agradecem a Agrical pela concessão da bolsa de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



CONFORMIDADE DOS CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS (CAR) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MATA CAVALO, FORMIGA-MG[1]

Alice Ferreira Faria[2]; Kátia Daniela Ribeiro[3].

[1]Projeto de pesquisa aprovado no Programa de Iniciação Cientifica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/Fapemig;
[2]Graduanda em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Bolsista da Fapemig. E-mail: alicefariaaff@gmail.com;
[3]Professora Titular II. Orientadora do Programa de Iniciação Cientifica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento instituído pelo Código Florestal Brasileiro para promover o monitoramento, planejamento e regularização ambiental dos imóveis rurais. Entretanto, por possuir caráter autodeclaratório, podem ocorrer inconsistências entre as informações registradas pelos proprietários e a situação real da cobertura vegetal, comprometendo a efetividade das ações de conservação ambiental. Nesse contexto, o uso de geotecnologias e do sensoriamento remoto constitui importante ferramenta para avaliar a conformidade ambiental das propriedades rurais. **Objetivo:** Avaliar a conformidade dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) localizados na sub-bacia hidrográfica do rio Mata Cavalo, no município de Formiga-MG, por meio da comparação entre as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL) declaradas e a cobertura vegetal observada em imagens de satélite referentes ao ano de 2025. **Métodos:** O estudo será desenvolvido na sub-bacia hidrográfica do rio Mata Cavalo, utilizando Modelos Digitais de Elevação do projeto TOPODATA para delimitação da área de estudo e dados da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente (IDE-Sisema) para obtenção da hidrografia. Os arquivos vetoriais dos imóveis cadastrados no SICAR serão organizados em ambiente SIG por meio do software QGIS. A cobertura vegetal será mapeada a partir de imagens de alta resolução do Google Earth, realizando-se posteriormente a sobreposição espacial entre as áreas declaradas e a vegetação existente para identificação de convergências e divergências, cálculo de indicadores de conformidade ambiental e elaboração de mapas temáticos. **Resultados esperados:** Espera-se identificar o nível de conformidade ambiental dos

ISBN: 978-85-64736-23-8



imóveis rurais inseridos na sub-bacia, verificando a correspondência entre as áreas protegidas declaradas no CAR e a cobertura vegetal observada. Pretende-se elaborar mapas temáticos, tabelas e diagnósticos ambientais capazes de subsidiar ações de regularização ambiental, conservação dos recursos naturais, planejamento territorial e recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental da região e para a revitalização da bacia do Lago de Furnas.

Palavras-chave: cadastro ambiental rural; geoprocessamento; sensoriamento remoto.

Os autores agradecem a FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



HORTA URBANA: INOVAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE EM FORMIGA-MG[1]

Carlos Henrique Leal[2]; Adriana Regina Flávio de Oliveira[3]; Júlia Marques Oliveira[4]; Lucas Silveira Lopes[5]; Ronniely Menezes Ferreira[6]; Heitor Luís da Silva Costa[7].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Projeto de Extensão do UNIFOR-MG;
[2]Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; atuando como voluntario do projeto: E-mail: ch753623@gmail.com;
[3]Servidor público da Prefeitura Municipal de Formiga MG, Brasil; Colaborador do Projeto Horta Urbana e participante das ações de agricultura urbana desenvolvidas no município;
[4]Prof. Docente do curso de Engenharia Agronômica – UNIFOR-MG, Brasil; Orientador do projeto de Extensão;
[5]Prof. Docente do curso de Engenharia Agronômica – UNIFOR-MG, Brasil; Orientador do projeto de Extensão;
[6]Servidor público da Prefeitura Municipal de Formiga MG, Brasil; Colaborador do Projeto Horta Urbana e participante das ações de agricultura urbana desenvolvidas no município;
[7]Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; atuando como voluntario do projeto.

RESUMO

Introdução: A agricultura urbana tem se destacado como estratégia sustentável para ampliar a segurança alimentar, reduzir desperdícios e fortalecer vínculos comunitários. O projeto de extensão Horta Urbana, desenvolvido desde 2018 em Formiga-MG pelo Banco Municipal de Alimentos em parceria com o UNIFOR-MG, a Emater-MG e empresas privadas, busca integrar produção agroecológica, educação ambiental e formação prática de estudantes de Engenharia Agronômica. **Objetivo**: Implantar e manter hortas urbanas agroecológicas em espaços públicos e institucionais de Formiga-MG, promovendo acesso a alimentos frescos para famílias em vulnerabilidade social, educação ambiental e formação técnica dos acadêmicos. **Métodos**: Entre fevereiro e dezembro de 2025, foram realizadas análise e preparo do solo, seleção de espécies conforme a demanda comunitária e instalação de sistemas de irrigação em escolas, instituições sociais e comunidades terapêuticas. Dois estudantes voluntários de Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG participaram de todas as etapas

ISBN: 978-85-64736-23-8



produtivas: adubação, poda, manejo fitossanitário e colheita. Os alimentos foram destinados pelo Banco Municipal de Alimentos a unidades socioassistenciais, como os CRAS, que os repassaram às famílias em vulnerabilidade. A educação ambiental foi conduzida por professores do UNIFOR-MG, com apoio dos estudantes, em 19 escolas públicas, mensalmente, por meio de oficinas, plantio com os alunos e palestras sobre alimentação saudável, ciclo das plantas e sustentabilidade. A efetividade foi avaliada pelo registro de colheita em quilogramas e planilha de controle da produção. **Resultados**: Foram mantidas 22 hortas ativas, com 88 canteiros de alface, couve, brócolis, cenoura, abóbora e repolho, totalizando cerca de 7.000 mudas cultivadas. A produção estimada foi de aproximadamente 2,3 toneladas de alimentos, média de cerca de 26 kg por canteiro. As hortas escolares apresentaram boa produtividade e forte engajamento, com cerca de 300 alunos participantes. O impacto social foi evidenciado pela ampliação do acesso a alimentos frescos e de qualidade para famílias em vulnerabilidade. **Conclusão**: O projeto demonstra eficácia como ação de extensão universitária ao integrar produção agroecológica, educação ambiental e formação prática de estudantes. Os resultados reforçam a importância da agricultura urbana para o desenvolvimento comunitário, a segurança alimentar e a formação profissional, com potencial de replicação em outras localidades.

Palavras-chave: agricultura urbana; agroecologia; sustentabilidade; educação ambiental; promoção da saúde.

Os autores agradecem a Prefeitura Municipal de Formiga MG, ao Sicred Sul de Minas, a Germinar Mudas, ao Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, ao Banco Municipal de Alimentos de Formiga MG, e a Carmeuse Brasil, pelo apoio para o desenvolvimento do projeto.

ISBN: 978-85-64736-23-8



CONEXÃO CAFÉ: A PONTE ENTRE A UNIVERSIDADE E O CAFEICULTOR[1]

Andressa Soares de Matos Miranda[2]; Diego da Cruz Pereira Rosa Perpino[2]; Katia Daniela Ribeiro[3].

[1]Projeto de Extensão Curricular do curso de Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG;
[2]Graduando(a) em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil. E-mail: andressamatosmiranda@gmail.com; diegoagricola2005@gmail.com;
[3]Professora Titular II do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: O Conexão Café é um projeto de divulgação científica voltado à cafeicultura, desenvolvido com o propósito de transformar informações técnicas em conteúdos digitais acessíveis aos produtores rurais. A iniciativa surgiu como atividade de extensão universitária curricular e evoluiu para uma ação contínua de comunicação científica, com foco na transferência de tecnologia e na disseminação de informações técnicas sobre manejo do cafeeiro, inovação e boas práticas agrícolas. **Objetivo:** Apresentar o desenvolvimento do projeto, descrevendo sua metodologia de produção de conteúdo técnico e os resultados obtidos nas plataformas digitais desde sua implementação em março de 2026. **Métodos:** A metodologia consistiu na seleção de temas relevantes para a cafeicultura, revisão de literatura técnica, elaboração de roteiros informativos e produção de materiais digitais em linguagem acessível. Os conteúdos foram publicados em Instagram e TikTok, e o desempenho das postagens foi monitorado por métricas de engajamento, incluindo curtidas, comentários, compartilhamentos, republicações, visualizações e crescimento de seguidores. **Resultados:** No Instagram, foram realizadas 5 postagens, totalizando 183 curtidas, 26 comentários, 20 republicações e 39 compartilhamentos, resultando em 124 seguidores até o momento. No TikTok, foram publicados 3 vídeos, que somaram 956 visualizações e 50 curtidas, alcançando 18 seguidores. Os indicadores demonstram que o projeto obteve engajamento consistente nas plataformas digitais, evidenciando interesse do público-alvo e potencial de expansão da comunicação científica voltada à cafeicultura. **Conclusão:** O projeto Conexão Café constitui uma estratégia eficaz de difusão técnica, aproximando a universidade dos cafeicultores por meio de mídias digitais e o desempenho inicial nas redes sociais confirma o potencial do projeto para ampliar o acesso à informação agrícola, fortalecer a extensão universitária e

ISBN: 978-85-64736-23-8



subsidiar futuras ações de iniciação científica relacionadas à comunicação e transferência de tecnologia.

Palavras-chave: cafeicultura; divulgação científica; extensão universitária.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG) pelo suporte, infraestrutura e constante incentivo às atividades de extensão e inovação.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DOR NO JOELHO EM CICLISTAS: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS EM ESTUDO TRANSVERSAL DE GRANDE ESCALA[1]

Miguel Victor Silva Sousa[2]; Izabely Arantes Santos[3]; Andrei Pereira Pernambuco[4].

[1]Resultados totais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPEMIG;
[2]Graduando em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Bolsista do(a) FAPEMIG. Autor correspondente: Miguel Victor Silva Sousa, Rua Lucas Luís de Faria, 1192, Bairro Santo Antônio, Arcos-MG, Brasil. E-mail: miguels00us@gmail.com;
[3]Graduanda em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Voluntária no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: O ciclismo proporciona benefícios cardiovasculares, metabólicos e funcionais, mas a repetição do gesto esportivo, a manutenção prolongada da postura e a interação entre ciclista e bicicleta podem favorecer queixas musculoesqueléticas. A dor no joelho está entre as queixas mais frequentes nessa população e pode comprometer o conforto, o desempenho e a continuidade da prática. **Objetivo:** Investigar a ocorrência de dor no joelho e analisar fatores sociodemográficos, antropométricos e relacionados à prática do ciclismo associados ao sintoma. **Métodos:** Estudo retrospectivo, observacional e transversal, realizado com dados de 1.508 ciclistas avaliados presencialmente por 15 profissionais de bike fit de diferentes regiões do Brasil. A dor no joelho foi registrada de forma dicotômica, como presente ou ausente. Foram empregadas estatística descritiva, teste de Mann–Whitney, teste do qui-quadrado de Pearson, correlação de Spearman, medidas de tamanho de efeito e regressão logística binária múltipla, adotando-se nível de significância de 5%. **Resultados:** A dor no joelho foi relatada por 290 ciclistas. A modalidade praticada apresentou associação significativa com o sintoma, embora de baixa magnitude. No modelo ajustado, praticantes de ciclismo de montanha apresentaram maiores chances de dor no joelho em comparação aos praticantes das demais modalidades (razão de chances=1,869; intervalo de confiança de 95%=1,419–2,461; p<0,001). A idade apresentou associação inversa (razão de chances=0,982; intervalo de confiança de 95%=0,967–0,998; p=0,023),

ISBN: 978-85-64736-23-8



indicando redução aproximada de 2% nas chances de dor para cada ano adicional de idade. Sexo, massa corporal, índice de massa corporal, experiência no ciclismo e frequência semanal não permaneceram associados no modelo. O modelo apresentou ajuste adequado e capacidade discriminativa modesta. **Conclusão:** A dor no joelho esteve associada de forma independente à modalidade praticada e à idade. Os resultados reforçam o caráter multifatorial da queixa e a importância de avaliações individualizadas, especialmente entre praticantes de ciclismo de montanha.

Palavras-chave: ciclismo; dor no joelho; prevalência.

Os autores agradecem a FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE O ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE PELO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO[1]

Aline Bertilha Carlota Faria[2]; Estela Oliveira Mendes Lopes[3]; Heslley Machado Silva[4].

[1]Trabalho originário de grupo de estudo vinculado ao Curso de Direito do UNIFOR-MG;
[2]Informação sobre os autores - Graduanda em Fonoaudiologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[3]Informação sobre os autores - Graduanda em Fonoaudiologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Informação sobre os autores - Prof. Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário de Formiga (Brasil).

RESUMO

Introdução: A desinformação científica compromete a compreensão pública da ciência e desafia o ensino de Ciências, exigindo que os professores promovam o pensamento crítico e a análise de evidências. **Objetivo:** Analisar as percepções de professores de Ciências da Educação Básica sobre seu papel no enfrentamento da desinformação científica. **Métodos:** Estudo qualitativo, descritivo e interpretativo, realizado com onze professores de Formiga (MG) e região. Os dados foram obtidos por entrevistas semiestruturadas e analisados pelo Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). **Resultados:** Os docentes reconhecem sua função como mediadores do conhecimento científico, incentivando a checagem de fontes e a análise crítica. Entretanto, apontam limitações na formação inicial, insegurança diante de temas controversos e dificuldades decorrentes da polarização social. **Conclusão:** O fortalecimento da formação docente em alfabetização científica, educação midiática e argumentação baseada em evidências é essencial para qualificar o enfrentamento da desinformação científica no contexto escolar.

Palavras-chave: desinformação científica; ensino de ciências; formação de professores; educação midiática.

ISBN: 978-85-64736-23-8



FATORES ASSOCIADOS À REFRATARIEDADE DA CICATRIZAÇÃO EM CÃO ACOLHIDO EM CENTRO PÚBLICO DE DEFESA ANIMAL: RELATO DE CASO[1]

Clara Alves Silva[2]; Vanessa Fernandes Costa[3]; Leonardo Borges Acurcio[4].

[1]Resultado final do Relato de caso clínico desenvolvido a partir de atividade de estágio extracurricular;
[2]Graduanda do Curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Autora do trabalho submetido a MIPE. E-mail: alvessilvaclara0@gmail.com;
[3]Médica Veterinária do Centro de Defesa à Vida Animal, Formiga-MG, Brasil; Colaboradora do Trabalho submetido. E-mail: vanessacosta@gmail.com;
[4]Coordenador e Professor Titular do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga- MG, Brasil; Orientador do Trabalho submetido. E-mail: leoacurcio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O aumento do número de cães errantes atendidos em centros públicos de acolhimento, somado à limitação de vagas para alojamento exige a adoção de protocolos eficientes para o tratamento de feridas e, assim, otimizar a rotatividade de pacientes. Nesse contexto, a ocorrência de feridas crônicas representa um desafio clínico e logístico, pois prolonga o tempo de tratamento e, com isso, a ocupação das vagas disponíveis. Dessa forma, compreender os fatores que dificultam o processo de cicatrização nos animais alojados nesses centros é fundamental para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas mais assertivas. **Objetivo:** Descrever a evolução clínica e os desafios terapêuticos de uma ferida refratária à cicatrização em um cão errante atendido no Centro de Defesa à Vida Animal de Formiga-MG, destacando os fatores locais e sistêmicos que podem ter interferido no processo de reparação tecidual. M**étodos:** O relato de caso foi observacional e descritivo. Foram avaliados os registros clínicos, exames laboratoriais, evolução da lesão e tratamentos realizados, visando identificar fatores que possam ter interferido no processo de reparação tecidual. **Resultados**: Os exames laboratoriais evidenciaram anemia, leucocitose e trombocitopenia, enquanto a cultura microbiológica revelou predominância de bactérias Gram-negativas associadas à contaminação ambiental. Com base nesses achados, foram levantadas diferentes hipóteses para justificar a refratariedade da ferida, incluindo a administração contínua de corticosteroides, a contaminação por microrganismos ambientais, a

ISBN: 978-85-64736-23-8



localização da lesão em região de proeminência óssea com pressão contínua do olecrano, o comprometimento imunológico por estresse, além da possível influência de hemoparasitoses e miíase diagnosticadas no início do tratamento. **Conclusão:** O cão relatado apresentou diversos fatores predisponentes à cronicidade da ferida que, associados às limitações de recursos no canil público, podem ter contribuído para o prolongamento do processo cicatricial. O reconhecimento desses fatores é fundamental para aprimorar as estratégias de manejo e favorecer a recuperação dos animais atendidos nesses serviços, considerando que condições semelhantes podem ser observadas de forma recorrente na população de cães errantes da cidade.

Palavras-chave: ferida crônica; reparação tecidual; cão errante; miíase.

ISBN: 978-85-64736-23-8



AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO DE EQUINOS ATLETAS SUBMETIDOS À PROVA DE TRÊS TAMBORES: PARÂMETROS FISIOLÓGICOS COMO INDICADORES DE DESEMPENHO E BEM-ESTAR[1]

Ana Luiza Efigênia Ferreira[2]; Ana Cecília de Souza Nunes Barbosa[3]; Larissa Morais Rodrigues[4]; Priscila Mara Rodarte Lima e Pieroni[5].

[1]Resultados finais do trabalho e conclusão de curso do primeiro autor;
[2]Graduado em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG;
[3]Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[5]Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do TCC UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: priscilarodarfe@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: O equino atleta da raça Quarto de Milha ocupa posição de destaque nas competições de três tambores, modalidade que exige máximo desempenho cardiovascular, respiratório e locomotor em curtíssimo intervalo de tempo. A avaliação semiológica de parâmetros fisiológicos constitui ferramenta prática, não invasiva e de baixo custo para monitorar o condicionamento físico desses animais, capaz de fornecer informações objetivas sobre a resposta do organismo ao esforço físico e qualidade do processo de recuperação. Auxiliando na avaliação do desempenho esportivo e identificação precoce de estados de fadiga, desidratação ou comprometimento circulatório, possibilitando melhores orientações sobre decisões clínicas e de manejo. **Objetivo**: O objetivo do presente estudo foi avaliar as respostas fisiológicas de equinos Quarto de Milha submetidos à prova de três tambores, por meio de parâmetros semiológicos mensurados em diferentes momentos do esforço e da recuperação, a fim de determinar indicadores de condicionamento físico e bem-estar animal. **Métodos**: O presente estudo foi conduzido no município de Divinópolis, situado na mesorregião Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, durante evento competitivo oficial de três tambores. Foram avaliados dez equinos (Equus caballus) da raça Quarto de Milha, de ambos os sexos —sete fêmeas e três machos (dois dos quais castrados) —, com idades variando entre 4 e 17 anos, em regime de treinamento regular para a modalidade. A avaliação clínica seguiu protocolo padronizado, com aferição dos seguintes parâmetros: frequência cardíaca (FC), frequência respiratória (FR), tempo de

ISBN: 978-85-64736-23-8



preenchimento capilar (TPC) e motilidade intestinal (MI). Coletados nos seguintes momentos: (T0) repouso, imediatamente antes da prova; (T1) 0–5 minutos após o término da prova; (T2) 10 minutos após a prova; e (T3) 15 minutos após a prova. **Resultados**: Os animais apresentaram resposta fisiológica compatível com esforço de alta intensidade. A FC elevou-se expressivamente após o exercício, com média de 195,5 ± 7,7 bpm no momento 0–5 min, reduzindo-se para 50,0 ± 16,5 bpm após 10–15 minutos. A FR apresentou comportamento semelhante, alcançando média de 92,8 ± 10,8 movimentos por minuto (mpm) imediatamente após a prova. O TPC manteve-se estável, entre 2 e 3 segundos, em todos os momentos avaliados. A MI evidenciou hipomotilidade transitória imediatamente após o exercício, com retorno progressivo à normalidade no período de recuperação. **Conclusão**: Os resultados demonstram adequada capacidade de recuperação fisiológica na maioria dos animais, sugerindo bom condicionamento físico do plantel avaliado. Além disso, as variações individuais observadas reforçam a necessidade de avaliações periódicas e individualizadas, considerando-se fatores como idade, sexo, histórico de treinamento e manejo nutricional.

Palavras-chave: equinos atletas; frequência cardíaca; frequência respiratória.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ESCORPIONISMO EM MINAS GERAIS (2019-2023): ASSOCIAÇÃO COM DETERMINANTES SOCIAIS E CARACTERIZAÇÃO DOS ÓBITOS[1]

Valquiria Gabrielle Barros Rocha[2]; Mayra Thais Menezes[3]; Laura Semira Souza Sales[4]; Júlia Passos de Matos[5]; Maria Paula Abreu Duarte de Oliveira[6]; Simone Magela Moreira[7].

[1]Resultados de projeto de desenvolvimento tecnológico realizado no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[2]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil. Endereço: Rua Santos Dumont, 547, Centro, Bambuí, Minas Gerais. Email: valquiria-barros-rocha@hotmail.com;
[3] Médica Veterinária, Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[4]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[5]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[6]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil.
[7]Professora – Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil; Docente do curso de Medicina Veterinária.

RESUMO

Introdução: O escorpionismo representa um importante problema de saúde pública no Brasil, e Minas Gerais é o estado com um dos maiores números de acidentes registrados, o que evidencia a necessidade de compreender sua distribuição territorial e os fatores associados à ocorrência do agravo. **Objetivo**: Este estudo objetivou analisar a distribuição espacial dos acidentes escorpiônicos em Minas Gerais entre 2019 e 2023, investigar sua associação com determinantes sociais e estruturais e caracterizar os óbitos notificados no período. **Métodos**: Trata-se de um estudo ecológico, exploratório e analítico, desenvolvido com dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação e indicadores socioeconômicos obtidos de bases oficiais. Foram calculadas taxas municipais de incidência, aplicadas técnicas de suavização bayesiana e realizadas análises de autocorrelação espacial por meio dos Índices Global e Local de Moran. **Resultados**: No período analisado, foram registrados 182.318 acidentes escorpiônicos e 201 óbitos no estado. Os maiores aglomerados de incidência

ISBN: 978-85-64736-23-8



concentraram-se nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais. Verificou-se associação espacial positiva entre a incidência dos acidentes e indicadores de pobreza, analfabetismo e desigualdade de renda, enquanto coleta de resíduos sólidos, cobertura de rede de esgoto, desenvolvimento humano, densidade demográfica e urbanização apresentaram associação espacial negativa. Embora os maiores números absolutos de óbitos tenham ocorrido entre adultos de 20 a 59 anos, as maiores letalidades foram observadas em crianças de 1 a 4 anos (0,44%) e de 5 a 9 anos (0,30%), evidenciando maior vulnerabilidade desse grupo etário. **Conclusão**: O escorpionismo em Minas Gerais apresenta distribuição espacial heterogênea e estreitamente relacionada às desigualdades socioeconômicas e às condições de infraestrutura dos municípios. A utilização de técnicas de análise espacial permitiu identificar áreas prioritárias para vigilância e intervenção, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas públicas voltadas à prevenção, ao controle do escorpionismo e à redução das iniquidades em saúde.

Palavras-chave: escorpionismo; determinantes sociais da saúde; vigilância epidemiológica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ESCORPMAP: FERRAMENTA DIGITAL PARA VIGILÂNCIA E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS DE ESCORPIÕES EM BAMBUÍ, MINAS GERAIS[1]

Laura Semira Souza Sales[2]; Mayra Thais Menezes[3]; Valquiria Gabrielle Barros Rocha[4]; Júlia Passos de Matos[5]; Maria Paula Abreu Duarte de Oliveira[6]; Simone Magela Moreira[7].

[1]Resultados de projeto de desenvolvimento tecnológico realizado no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[2]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil. Endereço: Rua Antero Torres, 96, Centro, Bambuí, Minas Gerais. Email: laurasem00@gmail.com;
[3]Médica Veterinária, Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[4]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[5]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[6]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[7]Professora – Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil; Docente do curso de Medicina Veterinária.

RESUMO

Introdução: O escorpionismo constitui um desafio para a Saúde Única, especialmente em áreas urbanas, onde a presença de escorpiões e as condições ambientais podem favorecer acidentes. Em Bambuí, Minas Gerais, a ausência de informações sistematizadas sobre a distribuição desses animais dificulta o planejamento de ações de prevenção, monitoramento e controle. **Objetivo:** Assim, este trabalho busca apresentar o desenvolvimento e as funcionalidades do EscorpMap, aplicativo móvel desenvolvido com o intuito de possibilitar o registro colaborativo de avistamentos e acidentes envolvendo escorpiões e contribuir para o mapeamento dessas ocorrências no município. **Métodos:** O aplicativo constitui uma ferramenta de vigilância participativa em saúde, disponibilizada por meio de tecnologia móvel e incorporando recursos de Sistemas de Informações Geográficas para registro, georreferenciamento e visualização das ocorrências. A população de Bambuí foi definida como público-alvo, orientando a criação de uma interface simples, intuitiva e didática, acessível

ISBN: 978-85-64736-23-8



a diferentes faixas etárias. Inicialmente, foram levantadas as funcionalidades necessárias e elaborados manualmente rascunhos das telas e do fluxo de utilização. O aplicativo foi desenvolvido utilizando o framework Flutter e a linguagem Dart, com utilização do Firebase para gerenciamento e armazenamento dos dados. A plataforma foi estruturada para cadastro de usuários, registro de avistamentos e acidentes, obtenção da localização geográfica, armazenamento e representação cartográfica dos dados, além da disponibilização de orientações educativas sobre prevenção e condutas diante de ocorrências. Após o desenvolvimento, a equipe realizou testes funcionais mediante instalação do aplicativo e simulação de registros hipotéticos de avistamentos e acidentes. A ferramenta foi disponibilizada para dispositivos Android e iOS. **Resultados:** Os registros podem ser visualizados em mapa, possibilitando acompanhar sua distribuição no território de Bambuí. O programa possui registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e a versão destinada à população encontra-se concluída, enquanto um módulo específico para agentes de saúde está em desenvolvimento, com previsão de acesso a informações complementares das ocorrências. **Conclusão:** O EscorpMap apresenta potencial como ferramenta tecnológica de participação comunitária, contribuindo para a produção de informações locais, a disseminação de orientações preventivas e o fortalecimento de estratégias de monitoramento e controle sob a perspectiva da Saúde Única.

Palavras-chave: georreferenciamento; saúde única; vigilância participativa.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DIAGNÓSTICO DA MASTITE BOVINA EM PROPRIEDADES LEITEIRAS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS: RESULTADOS DE AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA[1]

Lara Luísa de Camargos Guimarães[2]; Giovana Petronilho Rabelo[3]; Giovanna de Medeiros Guimarães[4]; Leonardo Borges Acurcio[5].

[1]Resultado de pesquisa realizada na Disciplina Doenças bacterianas do curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG;
[2]Discente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: laraluisaguimaraes@gmail.com;
[3]Discente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giopetroni@outlook.com;
[4]Supervisora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giovannamedeiros64@gmail.com;
[5]Docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leoacurcio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: A mastite bovina é uma das principais enfermidades que acometem rebanhos leiteiros, ocasionando prejuízos econômicos devido à redução da produção, comprometimento da qualidade do leite, aumento dos custos com tratamentos e descarte precoce de animais. Nesse contexto, ações de extensão universitária permitem aproximar o conhecimento técnico da realidade dos produtores, favorecendo a identificação de fatores de risco e a adoção de medidas preventivas**. Objetivo:** Avaliar a ocorrência da mastite bovina, identificar os principais agentes etiológicos e propor medidas de prevenção e controle em propriedades leiteiras da região Centro-Oeste de Minas Gerais. **Métodos:** Foram avaliadas quatro propriedades leiteiras com diferentes sistemas de produção. Realizaram-se visitas técnicas para levantamento das características produtivas e do manejo de ordenha, aplicação do *California Mastitis Test* (CMT) quando pertinente, coleta de amostras de leite e identificação microbiológica por plaqueamento em meios cromogênicos *OnFarm*®, além da elaboração de recomendações técnicas individualizadas aos produtores**. Resultados:** Observou-se predominância de mastite subclínica nas propriedades avaliadas. Em uma das fazendas, 34 das 50 vacas em lactação apresentaram resultado positivo ao CMT, enquanto outra apresentou recorrência média de três casos mensais de mastite. Os principais agentes etiológicos identificados foram

ISBN: 978-85-64736-23-8



Staphylococcus aureus, *Staphylococcus* não *aureus*, *Streptococcus agalactiae*, *Streptococcus dysgalactiae* e, pontualmente, *Lactococcus lactis*. As principais não conformidades observadas incluíram ausência de monitoramento rotineiro por CMT, deficiência na segregação de animais infectados, falhas nos protocolos de pré-*dipping*, limitações na higienização durante a ordenha e necessidade de treinamento dos ordenhadores. Como medidas corretivas, recomendaram-se monitoramento periódico, segregação dos animais positivos, adequação dos protocolos de higiene e revisão dos protocolos terapêuticos conforme o agente etiológico identificado. **Conclusão:** As ações de extensão possibilitaram diagnosticar importantes fatores de risco relacionados à mastite bovina e fornecer recomendações técnicas compatíveis com a realidade de cada propriedade. A adoção dessas medidas pode contribuir para a redução da ocorrência da doença, melhoria da qualidade do leite, aumento da eficiência produtiva e fortalecimento da integração entre universidade e produtores rurais.

Palavras-Chave: agente etiológico; diagnóstico microbiológico; qualidade do leite.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA DO LEITE CRU CAPTADO NA REGIÃO DE FORMIGA-MG NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026[1]

Giovana Petronilho Rabelo[2]; Lara Luisa de Camargos Guimarães[3]; Giovanna de Medeiros Guimarães[4]; Leonardo Borges Acurcio[5].

[1]Resultado de pesquisa realizada na Curricularização da Extensão do curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG;
[2]Discente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giopetroni@outlook.com;
[3]Discente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: laraluisaguimaraes@gmail.com;
[4]Supervisora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giovannamedeiros64@gmail.com;
[5]Docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leoacurcio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O leite é um dos alimentos de maior importância nutricional e econômica no Brasil, é indispensável que sua produção atenda aos padrões de qualidade estabelecidos pelas Instruções Normativas n° 76 e 77 de 2018 do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Essas normativas estabelecem parâmetros para o leite cru refrigerado e o pasteurizado, visando garantir a segurança alimentar e a conformidade com os padrões esperados. **Objetivo:** Avaliar a qualidade físico-química de amostras de leite cru na região de Formiga-MG, verificando sua conformidade com os parâmetros legais e identificando possíveis alterações relacionadas à qualidade e à ocorrência de fraudes. **Métodos:** Entre fevereiro e junho de 2026, 64 amostras foram analisadas no Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Tecnologia de Alimentos do Centro Universitário de Formiga-MG, foi analisado o teor de gordura e de sólidos (totais e não gordurosos), a densidade relativa a 15ºC, a acidez titulável, a estabilidade térmica e o pH (pelo teste rápido de alizarol a 72%), o índice crioscópico e a pesquisa da presença de resíduos de antibióticos no leite. **Resultados:** A maior parte das amostras apresentou conformidade para gordura, acidez titulável e resíduos de antibióticos. Entretanto, foram observadas inconformidades em alguns parâmetros, como densidade, sólidos totais, sólidos não gordurosos e índice crioscópico, sugerindo adição de água ou outras práticas fraudulentas. No teste do alizarol, algumas amostras

ISBN: 978-85-64736-23-8



apresentaram instabilidade térmica, evidenciada pela formação de grumos, indicando comprometimento da estabilidade do leite. Nos resíduos de antibióticos, nove amostras apresentaram resultado positivo, enquanto as demais permaneceram negativas. **Conclusão:** Os resultados demonstram que, embora a maioria das amostras estejam em conformidade com os padrões exigidos pela legislação brasileira, ainda são observadas inconformidades que podem comprometer a qualidade e a segurança do leite cru. Esses achados reforçam a importância da fiscalização, do monitoramento contínuo e da adoção de boas práticas de produção, contribuindo para a obtenção de uma matéria-prima de maior qualidade e para a proteção da saúde pública.

Palavras-Chave: qualidade do leite; fraudes; resíduos de antibiótico; sólidos do leite.

ISBN: 978-85-64736-23-8



AVALIAÇÃO CITOLÓGICA DE BAÇO EM CÃO POSITIVO PARA LEISHMANIOSE[1]

João Vitor de Mello[2]; Ana Cecília de Souza Nunes Barbosa[2]; Larissa Morais Rodrigues[3]; Fabiana Joyce da Silva Santos[4]; Ana Luiza Guimarães[5]; Bianca Gonçalves de Campo[6]; Priscila Mara Rodarte Lima e Pieroni[7].

[1]Resultados finais do trabalho e conclusão de curso do primeiro autor;
[2]Graduado em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, E-mail: joaovittomello1@hotmail.com;
[3]Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[5]Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[6]Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[7]Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do TCC UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A leishmaniose visceral canina é uma doença causa pelo flebótomo das espécies *Lutzomya cruzi e Lutzomia longipalpis*, e pode ser caracterizada como zoonose, esta afeta células de defesa que podem ser encontradas em todo o corpo do animal. O baço é um dos tecidos mais afetados pela patologia por se tratar de um órgão com diversas funções no organismo, principalmente por ter a função de reconhecimento imunológico. **Objetivo**: O objetivo foi relatar um caso de um cão positivo para leishmaniose atendido, na clínica veterinária do UNIFOR-MG e relacionar alterações esplênicas no exame ultrassonográfico e os resultados da citologia aspirativa realizada no órgão. **Métodos**: No exame ultrassonográfico realizado após avaliação clínica foi observada lesão renal com presença de perda de relação cortico-medular, não foi visualizado alterações significativas no baço e fígado. Foi realizado a punção aspirativa por agulha fina no baço para realização de citologia esplênica. O processo de aspiração esplênica, foi realizado com uma agulha hipodérmica 40 mm x 1,20 mm e uma seringa de 20 ml, a aspiração foi realizada em leque e em diferentes pontos do órgão, posteriormente realizou-se o esfregaço em lâmina para microscopia 26x76, e devidamente armazenado para análise. Foram devidamente coradas e observadas. Foi realizado teste de Elisa com resultado positivo para leishmaniose; este foi realizado com o uso de material biológico, e o cão foi

ISBN: 978-85-64736-23-8



submetido à eutanásia. **Resultados**: Ao ser examinado fisicamente foi observado que o cão apresentava muitos sinais clínicos compatíveis à leishmaniose, como a alopecia, alterações cutâneas e a onicogrifose**.** No exame ultrassonográfico foi observada alterações no rim, o que nos remete à possibilidade de relacionar tal achado à leishmaniose**.** As análises citológicas em questão apresentaram notórias deformidades nas células do órgão sendo os resultados obtidos: a presença de células deformadas, sem pares e núcleos, presença de coágulo de sangue, identificado pela coloração vermelha e células alteradas em formato de gota, possível ver também núcleos picnóticos e presença de uma célula fantasma, e ao entorno é possível ver núcleos deformados. **Conclusão**: Os achados citológicos mostram uma alta deformação celular possivelmente causada pelo avanço da doença, mas sem alterações visuais observadas pela ultrassonografia. Diante disso faz-se um paralelo: não há esplenomegalia em 100% dos casos de animais da espécie canina positivados para leishmaniose, mesmo tendo altos níveis celulares comprometidos.

Palavras-chave: baço; cão; esplenomegalia.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PERDAS GESTACIONAIS EM UM PROGRAMA COMERCIAL DE PRODUÇÃO *IN VITRO* DE EMBRIÕES BOVINOS[1]

Giovanna Francino Couto[2]; Carlos Augusto Gontijo Pellegrino[3]; Telma da Mata Martins[4].

[1]Resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor;
[2]Graduanda do Curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil. E-mail: giovannacouto50@gmail.com;
[3]Médico veterinário e gerente da empresa Cenatte Embriões, Pedro Leopoldo-MG, Brasil; Colaborador do Trabalho de Conclusão de Curso;
[4]Professora Titular do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

Introdução: A produção *in vitro* de embriões (PIVE) e a transferência de embriões em tempo fixo (TETF) são importantes biotecnologias aplicadas à pecuária moderna, contribuindo para o melhoramento genético e aumento da produtividade dos rebanhos leiteiros. Entretanto, altas taxas de perdas gestacionais são consideradas limitantes para o sucesso dessas biotécnicas. **Objetivo**: Esse estudo visa avaliar os resultados de um programa comercial de produção *in vitro* e transferência de embriões bovinos, com foco nas taxas de prenhez aos 30 e 60 dias, e nos fatores que podem estar relacionados com as perdas gestacionais nesse período. **Métodos**: Foi realizada uma análise retrospectiva de dados referentes a embriões transferidos para fêmeas leiteiras mestiças Holandês x Gir e Holandês x Guzerá, em uma propriedade localizada em Morada Nova de Minas, entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025. Foram coletadas informações sobre as doadoras e receptoras, touros utilizados na PIVE, tipos de sêmen, estágios de desenvolvimento do embrião, métodos de conservação e transferência dos embriões. **Resultados**: No total, 331 doadoras das raças Gir e Guzerá foram submetidas à técnica de aspiração folicular guiada por ultrassonografia para obtenção dos oócitos, os quais foram encaminhados para maturação e fecundação *in vitro.* Sêmen convencional ou sexado de 22 touros de alto valor zootécnico, a maioria da raça Holandês, foram usados nessa etapa. Após sete dias de cultivo *in vitro*, 6.008 embriões de boa qualidade foram envasados em palhetas e encaminhados imediatamente para TETF, ou armazenados para transferência posterior. Esses embriões se encontravam

ISBN: 978-85-64736-23-8



nos estádios de mórula, blastocisto inicial, blastocisto ou blastocisto expandido. O diagnóstico de gestação foi realizado aos 30 dias, obtendo-se uma taxa de prenhez de 40% (2.414/6.008), e confirmado aos 60 dias, 34% (2.063/6.008) das receptoras permaneceram gestantes. Portanto, 351 perdas ocorreram nesse período, correspondendo a 14,5% das gestações. **Conclusão**: Os resultados parciais demonstram que a mortalidade embrionária é alta na fase inicial da gestação (até 30 dias) e continuam ocorrendo após esse período. Dessa forma, a análise dos fatores associados às perdas de gestação após a TETF é fundamental para identificar as causas e melhorar os índices reprodutivos.

Palavras-chave: reprodução bovina; tecnologia de embriões; mortalidade embrionária.

Os autores agradecem ao CENNATE EMBRIÕES pela concessão dos dados analisados no presente estudo.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ESCORPIONISMO URBANO EM BAMBUÍ (MG): ANÁLISE INTEGRADA DA TENDÊNCIA TEMPORAL, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E PRESENÇA DO VETOR[1]

Júlia Passos de Matos[1]; Mayra Thais Menezes[2]; Laura Semira Souza Sales[3]; Valquiria Gabrielle Barros Rocha[4]; Maria Paula Abreu Duarte de Oliveira[5]; Simone Magela Moreira[6].

[1]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[2]Médica Veterinária, Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[3]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[4]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[5]Graduanda em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil;
[6]Professora – Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí-MG, Brasil; Docente do curso de Medicina Veterinária;
Instituição de filiação: Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Bambuí, Bambuí, Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

Introdução: O escorpionismo constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, com crescimento progressivo em municípios de diferentes portes, tornando necessária a compreensão da dinâmica territorial do agravo e de sua relação com fatores ambientais. **Objetivo:** Este estudo objetivou analisar a distribuição temporal, espacial e ambiental dos acidentes escorpiônicos no município de Bambuí, Minas Gerais, entre 2013 e 2023, integrando evidências epidemiológicas e entomológicas para identificar áreas prioritárias para vigilância e controle. M**étodos:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e analítico, desenvolvido com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, complementados por indicadores ambientais e por coleta ativa de escorpiões realizada entre fevereiro e maio de 2025. Foram realizadas análises descritivas, cálculo de taxas de incidência, regressão de Prais-Winsten para avaliação da tendência temporal, correlação de Pearson entre indicadores socioambientais e ocorrência de acidentes, além de análise espacial por estimador de

ISBN: 978-85-64736-23-8



densidade Kernel. **Resultados:** No período estudado, foram registrados 423 acidentes escorpiônicos, com tendência crescente significativa no município (VPA=16,0%; p<0,001) e nos bairros Lavapés, Sagrado Coração de Jesus e Açudes. A distribuição espacial revelou concentração dos acidentes em áreas específicas do território urbano e sobreposição parcial entre os bairros com maior incidência e aqueles com maior número de escorpiões coletados. Observou-se correlação positiva entre a presença do vetor e a ocorrência de acidentes, além de associação com indicadores de vulnerabilidade socioambiental, evidenciando a influência das condições territoriais na manutenção do agravo. Conclui-se que o escorpionismo em Bambuí apresenta distribuição espacial heterogênea e resulta da interação entre fatores ambientais, sociais e ecológicos. A integração entre vigilância epidemiológica, análise espacial e monitoramento ambiental permitiu identificar áreas prioritárias para intervenção, fornecendo subsídios para o planejamento de estratégias de prevenção e controle mais direcionadas e fortalecendo as ações de vigilância em saúde no âmbito municipal.

Palavras chave: escorpionismo; análise espacial; série temporal; vigilância epidemiológica; saúde ambiental.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PROJETO "ARTE QUE REINVENTA"[1]

Lavínia Luisa Silva Sousa[2]; Luana Cunha Ferreira[3]; Rayssa Ribeiro Salustriano da Silva[3]; Alessandra Mara Lopes[4]; Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira[5]; Lília Rosário Ribeiro[5].

[1]Resultados parciais de ações exitosas da Escola Municipal Lídia Braga parceira do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID com cessão de bolsa CAPES;
[2] Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsistas da CAPES. luisalavinia81@gmail.com;
[3]Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Professora efetiva da rede municipal de ensino de Formiga-MG, Brasil; Supervisora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES;
[5]Professoras do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsistas da CAPES.

RESUMO

Introdução: O trabalho com a arte na escola é fundamental para estimular a criatividade, a sensibilidade e o pensamento crítico dos alunos. Aproximar as crianças das obras e da trajetória de grandes artistas amplia o seu repertório cultural, favorece a valorização do patrimônio artístico e incentiva a expressão pessoal, a imaginação e o desenvolvimento de um olhar mais sensível sobre o mundo. **Objetivo**: Aproximar os alunos do universo das artes visuais, promovendo o conhecimento de obras e seus respectivos artistas, estimulando a criatividade, a apreciação estética e a expressão artística por meio de linhas, cores e formas. Além disso, o projeto valorizou a cultura e proporcionou aos estudantes um espaço de livre expressão artística. **Métodos**: A atividade foi desenvolvida pelas bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Pedagogia do UNIFOR-MG com turmas do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental I, em uma escola pública do município de Formiga-MG. Foram utilizados contornos impressos de obras de arte, tecidos para a ambientação do "mini museu", elementos decorativos em EVA, lápis de cor e giz de cera. Inicialmente, organizou-se uma exposição com reproduções de obras, informações sobre os artistas e exemplos de releituras. Em seguida, os alunos visitaram a exposição, participaram de uma breve apresentação e produziram releituras artísticas, reinterpretando as obras de acordo com sua

ISBN: 978-85-64736-23-8



criatividade e imaginação. **Resultados**: As produções evidenciaram a criatividade e a identidade de cada aluno. Alguns modificaram elementos das obras originais, enquanto outros inseriram características pessoais em suas releituras, demonstrando compreensão da proposta e autonomia criativa. As atividades revelaram elevado envolvimento dos estudantes e resultaram em produções originais e significativas. **Conclusão**: O projeto proporcionou uma experiência enriquecedora de aproximação com a arte, favorecendo a apreciação estética, a ampliação do repertório cultural e o desenvolvimento da criatividade. A liberdade de criação permitiu que cada aluno expressasse sua identidade por meio das releituras, demonstrando que a arte permanece como uma importante ferramenta de aprendizagem, expressão e construção de sentidos. A experiência também destacou a importância do PIBID na formação das futuras professoras do curso de Pedagogia do UNIFOR, ao incentivar práticas pedagógicas criativas e contextualizadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: pedagogía; repertório cultural; PIBID.

Os autores agradecem a CAPES pela concessão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID.

ISBN: 978-85-64736-23-8



O TANGRAM COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DA GEOMETRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL[1]

Sabrina Fernanda da Silva Martins[2]; Bruna Augusta Silva[3]; Jeniffer LuizaMaria do Nascimento Cândido[3]; Valéria Luzia Fernandes Carvalho[4]; Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira[5]; Lilia do Rosário Ribeiro[5]

[1]Resultados parciais de ações exitosas da escola ESCOLA MUNICIPAL CÉLIA DE MELO EUFRÁSIO parceira do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID com cessão de bolsa CAPES;
[2]Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga- MG; Bolsista da CAPES. E-mail sabrina.itag@gmail.com;
[3]Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga- MG; Bolsistas da CAPES.
[4]Professora efetiva da rede municipal de ensino de Formiga- MG, Brasil; Supervisora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES;
[5]Professoras do UNIFOR-MG, Formiga- MG, Brasil; Coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga- MG, Bolsistas da CAPES.

RESUMO

Introdução: Trabalhar a Geometria em sala de aula pode representar um desafio para muitos professores, uma vez que a Matemática é um componente curricular que frequentemente desperta dificuldades entre os estudantes em diferentes etapas da educação básica. Nesse contexto, a utilização de recursos pedagógicos lúdicos favorece uma aprendizagem mais significativa. Com esse propósito, bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculadas ao subprojeto de Alfabetização do curso de Pedagogia do UNIFOR-MG, desenvolveram uma intervenção pedagógica em uma escola pública de tempo integral utilizando o Tangram como recurso didático para o ensino de Geometria, explorando a manipulação de formas geométricas, a construção de figuras e a resolução de desafios que estimulam o raciocínio lógico, a percepção espacial e a criatividade. **Objetivo:** Utilizar o Tangram como recurso pedagógico para desenvolver o raciocínio lógico e a compreensão de conceitos geométricos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Métodos:** O projeto foi realizado em uma escola pública de tempo integral do município de Formiga-MG, envolvendo estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. As atividades contemplaram a apresentação da origem e da história do

ISBN: 978-85-64736-23-8



Tangram, oficinas adaptadas às diferentes faixas etárias, construção de figuras e mosaicos, resolução de desafios geométricos e atividades interdisciplinares envolvendo Arte e Língua Portuguesa. Como culminância, foi realizada uma exposição dos trabalhos produzidos, aberta à comunidade escolar. **Resultados:** Durante o desenvolvimento das atividades, observou-se elevado interesse, participação e entusiasmo dos estudantes. As práticas favoreceram a compreensão das formas geométricas e de seus atributos, além do desenvolvimento da percepção espacial, da criatividade, da autonomia e da capacidade de resolver desafios. A exposição valorizou as produções dos alunos e fortaleceu o compartilhamento dos conhecimentos construídos com a comunidade escolar. **Conclusão:** O Tangram mostrou-se um recurso pedagógico valioso para o ensino de Geometria, propiciando a interação entre diferentes áreas do conhecimento e possibilitando uma aprendizagem significativa, lúdica, leve e atraente. O projeto também evidenciou a importância do PIBID na formação das estudantes do curso de Pedagogia, ao incentivar práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: aprendizagem significativa; geometría; pedagogia.

Os autores agradecem a CAPES pela concessão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID.

ISBN: 978-85-64736-23-8



PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID[1]

Flávia Pauline Silva[2]; Gabriela de Sales Arantes[3]; Fernanda Duarte Costa Silva[3]; Alessandra Mirtes Silva Fernandes[4]; Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira[5]; Lília Rosário Ribeiro[5].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBID/CAPES;
[2]Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga- MG; Bolsista da CAPES. E-mail: flaviapauline6@gmail.com;
[3]Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga- MG; Bolsistas da CAPES.
[4]Professora efetiva da rede municipal de ensino de Formiga- MG, Brasil; Supervisora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES;
[5]Professoras do UNIFOR-MG, Formiga- MG, Brasil; Coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga- MG, Bolsistas da CAPES

RESUMO

Introdução: A degradação ambiental decorrente de ações humanas está associada à poluição do ar, do solo e da água, à perda da biodiversidade e às alterações climáticas, evidenciando a necessidade de práticas educativas voltadas à preservação dos recursos naturais. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve favorecer atitudes de cuidado, responsabilidade e participação social, relacionando os conhecimentos escolares às experiências cotidianas das crianças. Assim, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Pedagogia do UNIFOR-MG, por meio do subprojeto de Alfabetização, desenvolveu ações de sensibilização ambiental com estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. **Objetivo:** Conscientizar os estudantes sobre atitudes e valores relacionados à preservação ambiental, estimulando a adoção de hábitos sustentáveis no cotidiano escolar e familiar. **Métodos:** O projeto foi realizado em uma escola pública de Ensino Fundamental de Formiga-MG, envolvendo alunos do 1º ao 5º ano. Foram desenvolvidas rodas de conversa, apresentações sobre preservação ambiental, dinâmicas, produção de cartazes e campanha de arrecadação de tampinhas plásticas e

ISBN: 978-85-64736-23-8



lacres de alumínio destinados à coleta seletiva. Como culminância, realizou-se visita ao Horto Florestal do município, seguida de piquenique em ambiente natural. **Resultados:** Os alunos participaram ativamente das atividades e demonstraram compreensão sobre a importância da preservação ambiental, valorizando atitudes como separação correta dos resíduos, redução do desperdício e colaboração em campanhas ambientais. A campanha de arrecadação também favoreceu o envolvimento das famílias, ampliando o alcance das ações educativas para além do ambiente escolar. **Conclusão:** As atividades contribuíram para fortalecer a conscientização ambiental dos estudantes e incentivar hábitos mais sustentáveis. O projeto também evidenciou a relevância do PIBID na formação de futuros professores comprometidos com práticas pedagógicas contextualizadas e com a promoção da educação ambiental nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: conscientização ambiental; pedagogía; sustentabilidade.

Os autores agradecem a CAPES pela concessão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID.

ISBN: 978-85-64736-23-8



APRENDER FAZENDO: A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS VOLTADOS AO PROTAGONISMO DOS ALUNOS[1]

Luciane Alves Gianasi[2]; Mariana Bernardes Arantes[3]; Lívia Mara Vilela Silva[4]; Aline Fonseca da Cunha[5]; Bianca Vanessa Dias Mendonça[6].

[1]Resultados parciais de ações exitosas da escola **E.M. CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA – CAIC;** parceira do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID com cessão de bolsa CAPES;
[2]Coordenadora de área PIBID do UNIFOR-MG. E-mail: luciane.gianasi@uniformg.edu.br;
[3]Supervisora do PIBID do UNIFOR-MG, professora regente na Escola municipal Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) Formiga-MG;
[4]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG;
[5]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG;
[6]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: A escola contemporânea enfrenta o desafio de tornar a aprendizagem mais significativa, participativa e conectada às experiências dos estudantes. A prática pedagógica, ganha destaque na ação de superar metodologias centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos e valorizem o papel ativo dos alunos na construção do conhecimento. O projeto “Nosso Jeito de Fazer Poesia” foi desenvolvido com alunos do 5º ano de uma Escola Municipal da cidade de Formiga-MG, em parceria com o PIBID (UNIFOR-MG). A proposta buscou estimular a produção literária e artística dos estudantes, na criação de um livro coletivo de poesias ilustradas. **Objetivo**: Refletir sobre os impactos da experiência de criar o livro; evidenciar a importância de projetos voltados ao protagonismo dos alunos e incentivar a capacidade de criação. **Métodos**: Foram desenvolvidas atividades de leitura realizadas com apreciação de diferentes gêneros poéticos, possibilitando aos estudantes o contato com autores, estilos e recursos expressivos da linguagem poética. Posteriormente, os alunos participaram de oficinas nas quais puderam explorar sentimentos, experiências, memórias e percepções sobre o mundo. Cada estudante produziu poesias autorais e elaborou ilustrações relacionadas aos textos produzidos. **Resultados**: As produções foram revisadas e organizadas em formato de livro, constituindo um acervo coletivo que representa a identidade, a criatividade e as vivências dos estudantes. Um evento foi realizado para apresentação do projeto, com exposição dos trabalhos, declamação de

ISBN: 978-85-64736-23-8



poesias e sessão de autógrafos para familiares, responsáveis e membros da comunidade escolar. Avanços significativos foram observados no desenvolvimento dos estudantes, como ampliação do interesse pela leitura e pela escrita, melhora na organização textual, enriquecimento do vocabulário e fortalecimento da capacidade de expressão. Além dos aspectos acadêmicos, verificou-se o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, como autoestima, confiança, responsabilidade, cooperação e autonomia. **Conclusão**: O projeto “Nosso Jeito de Fazer Poesia” demonstrou que aprender fazendo; constitui uma estratégia eficaz para promover uma educação mais participativa, significativa e transformadora. Essa experiência evidenciou que projetos dessa natureza fortalecem competências acadêmicas e sócio emocionais, ampliam o interesse dos alunos pelas atividades escolares e contribuem para a construção de uma identidade positiva em relação à aprendizagem.

Palavras-chave: aprendizagem; educação básica, PIBID.

Os autores agradecem a CAPES pela concessão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO E JOGOS EDUCATIVOS: ESTRATÉGIAS PARA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL[1]

Luciane Alves Gianasi[2]; Hadailton Geraldo Silva[3]; Lília Rosário Ribeiro[4]; Sabrina Brito Silva[5]; Amanda Marta de Oliveira[6]; Samanta Cláudia Leal Cunha[7].

[1]Resultados parciais de ações desenvolvidas na Escola Municipal Professor Franklin de Carvalho, parceira do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, com cessão de bolsa da CAPES;
[2]Coordenadora de área PIBID do UNIFOR-MG. E-mail: luciane.gianasi@uniformg.edu.br
[3]Supervisor do programa na UNIFOR-MG; professor regente na Escola Municipal Professor Franklin de Carvalho, Formiga, Minas Gerais;
[4]Coordenadora Institucional, PIBID do UNIFOR-MG. E-mail: lilia@uniformg.edu.br;
[5]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG;
[6]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG;
[7]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: o presente trabalho fundamenta-se nas experiências desenvolvidas no primeiro semestre de 2026 pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, considerando o estudante em sua integralidade e respeitando suas particularidades. As ações foram direcionadas a alunos das séries iniciais do ensino fundamental, da educação especial e do ensino regular. A proposta buscou conhecer as potencialidades e necessidades de cada estudante, promovendo intervenções individualizadas voltadas ao desenvolvimento da leitura, escrita e alfabetização, além de desenvolver ações lúdicas e pedagógicas durante o recreio. **Objetivo:** mostrar as contribuições do atendimento individualizado e da utilização de jogos educativos como estratégias pedagógicas para promover aprendizagem, inclusão e desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e interação entre os estudantes. **Métodos**: foram realizados, semanalmente, atendimentos pedagógicos individualizados em uma escola pública de ensino fundamental, planejados de acordo com as necessidades específicas dos estudantes, entre eles atividades de leitura e escrita, apoio na alfabetização e no desenvolvimento da fluência leitora, atividades de interpretação e compreensão textual, atividades lúdicas voltadas à aprendizagem, exercícios de reconhecimento de letras, sílabas e palavras,

ISBN: 978-85-64736-23-8



além de propostas adaptadas para estudantes que apresentavam dificuldades de concentração, aprendizagem ou necessidades educacionais específicas; no recreio, foram oferecidas atividades lúdicas que auxiliaram na disciplina e na organização do momento e promoveram diversão aos estudantes. **Resultados:** as estratégias adotadas possibilitaram maior envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e alfabetização, especialmente entre aqueles que apresentavam maiores dificuldades de socialização, aprendizagem e concentração; segundo as professoras regentes, após a aplicação dos jogos educativos foi visível a melhora no raciocínio lógico, na socialização e na participação espontânea durante a aula e no recreio, o que fortaleceu as relações interpessoais. **Conclusão:** o atendimento individualizado, aliado ao uso de jogos educativos, mostrou-se uma estratégia eficiente para promover a inclusão, estimular a aprendizagem e valorizar as potencialidades de cada estudante, evidenciando a importância de práticas pedagógicas humanizadas e planejadas, capazes de atender às diferentes necessidades dos alunos e contribuir para uma educação mais inclusiva, participativa e significativa.

Palavras-chave: atendimento individualizado; incluso; jogos educativos.

Os autores agradecem à CAPES pela concessão de bolsa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VYGOTSKY E DAS PRÁTICAS DO PIBID PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL[1]

Luciane Alves Gianasi[2]; Juscemília Alves[3], Érica dos Santos Carvalho Oliveira[4]; Graziela Fernandes Ribeiro[5].

[1]Resultados parciais de ações exitosas da escola E.M. PAPA PIO XII; parceira do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID com cessão de bolsa CAPES;
[2]Coordenadora de área PIBID do UNIFOR-MG. E-mail: luciane.gianasi@uniformg.edu.br;
[3]Supervisora do PIBID do UNIFOR-MG, professora regente na Escola municipal Papa Pio XII, Formiga-MG;
[4]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG;
[5]Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID / UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: A ludicidade tem sido reconhecida como um elemento essencial para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças, especialmente no contexto da educação integral. A literatura mostra que as atividades lúdicas transformam o aprendizado em um processo ativo e significativo, estimulando as dimensões cognitiva, motora, afetiva e social do estudante. **Objetivo**: O objetivo foi analisar as contribuições da ludicidade; conhecer a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes e articular estudos teóricos às experiências desenvolvidas na escola. **Métodos**: Foram analisados estudos de Piaget, Vygotsky e Kishimoto; autores que se fundamentam na educação e psicologia do desenvolvimento infantil, com grande foco na importância do brincar e na construção da aprendizagem. Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo ocorre pela interação ativa da criança com o meio. De acordo com a referência, foram realizados jogos matemáticos, passa ou repassa e experimentos, favorecendo a construção ativa do conhecimento. Vygotsky, destaca que a aprendizagem acontece nas interações sociais, e a ludicidade é um importante instrumento para a mediação do desenvolvimento da linguagem e imaginação. Foram aplicadas na escola, atividades como teatro, contação de histórias, atividades em grupo, recreio dirigido e mediação das bolsistas com os estudantes. Essas atividades, valorizaram a interação social e a linguagem. Kishimoto, reforça que o jogo integra simultaneamente, as funções lúdicas e educativas, tornando-se um recurso pedagógico privilegiado para o desenvolvimento infantil. Foi apresentado para os

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



estudantes, o brincar como recurso educativo por meio dos jogos pedagógicos; soletrando, xadrez, dama, jogos de alfabetização. **Resultados**: As ações realizadas, evidenciaram que a inserção planejada da ludicidade no cotidiano da escola de tempo integral favoreceu uma participação maior dos estudantes, ampliou o interesse pelas atividades escolares e contribui para o desenvolvimento da criatividade, autonomia, cooperação, oralidade, raciocínio lógico e habilidades socioemocionais. **Conclusão**: Observou-se que as ações realizadas com base nas teorias relacionadas, mostrou que a ludicidade deve ser compreendida como um elemento estruturante das práticas pedagógicas na escola de tempo integral, pois contribuiu para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes do tempo integral.

Palavras-chave: aprendizagem; desenvolvimento; ludicidade.

Os autores agradecem à CAPES pela concessão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE ATÍPICA: MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)[1]

Ana Luísa Oliveira Gonçalves[2]; Lara Ellen de Sousa[3]; Michelly Ladislau Lopes[4]; Carlos Eduardo Rodrigues[5].

[1]Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, com cessão de bolsa FAPIC REITORIA;
[2]Graduanda em psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-mg. Bolsista da FAPIC/REITORIA. E-mail: aninha.g.oliveira@gmail.com;
[3]Graduanda em psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG. Bolsista pela FAPIC/REITORIA. E-mail: larasousapsicologia@gmail.com;
[4]Graduanda em psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG. Voluntária do projeto de pesquisa. michellylopes2301@gmail.com;
[5]Professor do curso de psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: kadurz@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: A maternidade de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) engendra transformações subjetivas complexas e reposiciona a mulher diante de instâncias sociais, familiares e institucionais. Essa vivência demanda uma lente teórica que integre psiquismo e estrutura social, superando análises puramente quantitativas. A articulação entre a Psicossociologia e a Sociologia Clínica oferece esse suporte ao compreender o sujeito na dialética de ser, simultaneamente, produtor e produto da história. Sob essa ótica, fundamentada nas contribuições de Eugène Enriquez e Vincent de Gaulejac, a maternidade atípica é analisada a partir dos processos de subjetivação, das dinâmicas institucionais de poder, das relações sociais e das experiências vividas no cotidiano de cuidado. **Objetivo:** Compreender, à luz da Psicossociologia e da Sociologia Clínica, como mães de crianças com TEA vivenciam e significam a maternidade atípica, considerando suas trajetórias de vida, as relações estabelecidas com as instituições e as estratégias construídas para enfrentar os desafios cotidianos. **Métodos:** Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada pelo método clínico da Psicossociologia e da Sociologia Clínica. O *corpus* do estudo é constituído por meio de pesquisa documental, utilizando amostragem intencional para a seleção de documentários, *blogs* e redes sociais de acesso público que apresentam narrativas biográficas de mães de crianças com TEA. O material audiovisual

ISBN: 978-85-64736-23-8



é submetido à decoupagem técnica para transcrição dos relatos, transformando-os em material textual. O tratamento dos dados fundamenta-se na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, cumprindo as fases cronológicas do método: a pré-análise (leitura flutuante e constituição do corpus); a exploração do material (operações de codificação e categorização); e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). A análise opera de forma dedutivo-indutiva a partir de categorias apriorísticas e emergentes, contemplando trajetória de vida, processo diagnóstico, desafios da maternidade atípica, redes de apoio, estratégias de enfrentamento, transformações subjetivas e perspectivas de futuro**.** **Resultados Esperados:** Espera-se aprofundar a compreensão da maternidade atípica em sua dimensão subjetiva, histórica e social, evidenciando como as experiências dessas mulheres são constituídas na relação entre sujeito, família, instituições e contexto sociocultural. Pretende-se produzir conhecimentos que contribuam para o fortalecimento da Psicossociologia como referencial de análise da maternidade atípica, bem como subsidiar futuras pesquisas, práticas psicológicas e discussões sobre políticas públicas voltadas ao acolhimento e à promoção do bem-estar de mães de crianças com TEA.

Palavras-chave: maternidade atípica; psicossociologia e sociologia clínica; análise de conteúdo; transtorno do espectro autista.

Os autores agradecem à FAPIC/Reitoria pelo apoio concedido por meio da bolsa de iniciação científica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



DESEMPENHO CLÍNICO DE UMA NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PROBIÓTICOS EM CÃES COM DIARREIA: ESTUDO CLÍNICO, RANDOMIZADO, DUPLO-CEGO E CONTROLADO POR PLACEBO[1]

Marcela Luiza Silveira[2]; Hellen de Almeida Silva[3]; Leonardo Borges Acurcio[4].

[1]Resultado de pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG;
[2]Discente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcelaluiza831@gmail.com;
[2]Discente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: hellenvet22@gmail.com;
[3] Docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leoacurcio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: A diarreia é uma das alterações gastrointestinais mais frequentes na clínica de pequenos animais e pode comprometer o equilíbrio da microbiota intestinal, favorecendo quadros de disbiose e desidratação. Nesse contexto, a associação entre probióticos e soluções de reposição eletrolítica representa uma estratégia promissora para auxiliar na recuperação clínica. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo avaliar o desempenho clínico de uma nova formulação comercial composta por solução de reposição eletrolítica oral associada à levedura Saccharomyces cerevisiae em cães com diarreia. **Métodos:** Foi realizado um ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado por placebo com cães do abrigo CODEVIDA. O grupo tratamento recebeu solução de reposição eletrolítica contendo *Saccharomyces cerev*isiae, enquanto o grupo controle recebeu formulação idêntica sem probiótico. Os animais foram acompanhados diariamente quanto à evolução clínica, consistência das fezes e aceitação do produto. Paralelamente, foi avaliada a viabilidade microbiológica da levedura durante o armazenamento refrigerado da formulação. **Resultados:** A formulação apresentou estabilidade microbiológica durante o armazenamento e boa aceitação pelos animais. O grupo tratado apresentou melhora significativa do escore clínico de recuperação em relação ao placebo a partir do terceiro dia de acompanhamento, além de tendência de melhor consistência fecal. **Conclusão:** Conclui-se que a associação entre solução de reposição eletrolítica oral e *Saccharomyces cerevisiae* mostrou potencial

ISBN: 978-85-64736-23-8



como terapia complementar para cães com diarreia, demonstrando estabilidade, boa palatabilidade e benefício clínico.

Palavras-chave: *Saccharomyces cerevisiae*; escore fecal; microbiota intestinal.

ISBN: 978-85-64736-23-8



A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA[1]

Isabella Ayesca Silveira Lopes[2]; Marcela Pereira Ferreira[3].

[2]Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG; e-mail isabellaalaska3@gmail.com;
[3]Mestra e professora no curso de Direito do UNIFOR-MG; e-mail marcelapferreira29@hotmail.com.

RESUMO

Introdução: A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui um grave problema social e uma violação dos direitos humanos. Com a criação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), foram instituídas medidas protetivas de urgência, mecanismos destinados a garantir a segurança da vítima e prevenir novas agressões, fortalecendo a atuação do Estado no enfrentamento da violência doméstica e familiar. **Objetivo:** Analisar a eficácia das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, destacando sua importância para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica, bem como os desafios relacionados ao seu cumprimento e efetividade. **Métodos:** O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, baseada na Lei Maria da Penha, em materiais doutrinários e em dados estatísticos oficiais sobre violência doméstica, buscando compreender a aplicação prática das medidas protetivas e seus resultados.**Resultados:** Verificou-se que as medidas protetivas representam importante instrumento de proteção, permitindo o afastamento do agressor, a proibição de contato e aproximação da vítima, além de outras restrições destinadas a preservar sua integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Dados do Conselho Nacional de Justiça demonstram que, em 2025, foram concedidas 621.202 medidas protetivas de urgência no país, uma média de 70 medidas por hora, evidenciando a relevância desses mecanismos no enfrentamento da violência doméstica. Contudo, segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2025 foram registrados 132.025 casos de descumprimento de medidas protetivas de urgência no Brasil, representando aumento de 16,7% em relação ao ano anterior. Dessa forma, o descumprimento dessas medidas ainda é um grande desafio para o Estado e a sociedade, motivo pelo qual a legislação prevê o crime de descumprimento de medida protetiva, sujeito à pena de detenção e outras sanções judiciais. **Conclusão:** Conclui-se que as medidas protetivas de

ISBN: 978-85-64736-23-8



urgência são fundamentais para a prevenção da violência doméstica e para a garantia dos direitos das mulheres. Contudo, sua eficácia depende da rápida atuação das autoridades, da fiscalização do cumprimento das decisões judiciais e do fortalecimento das políticas públicas voltadas ao atendimento e à proteção das vítimas.

Palavras-chave: medidas protetivas; Lei Maria da Penha; violência doméstica.

ISBN: 978-85-64736-23-8



ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA NO MERCADO DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES SOCIAIS, JURÍDICAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS[1]

Giovanna Aparecida Alves[2]; Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes[3].

[1]Xxxxxxx;
[2]Graduanda em Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[3]Mestre em Direito do Trabalho pela PUC Minas, Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos, Pós-Graduada e Especialista em Direito do Trabalho. Advogada e Professora de Direito do Trabalho do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: O envelhecimento populacional está impactando o mercado de trabalho brasileiro, especialmente no que se refere à discriminação etária sofrida por trabalhadores idosos. Com o aumento da expectativa de vida, é cada vez mais comum que pessoas permaneçam ativas profissionalmente por mais tempo, seja por necessidade financeira ou pelo desejo de manter autonomia e participação social. No entanto, mesmo com essa realidade, ainda é frequente a ocorrência do etarismo, que é o preconceito relacionado à idade, o qual dificulta a contratação, permanência e o reconhecimento profissional do trabalhador idoso. **Objetivo:** Sob esse cenário, o objetivo da pesquisa é analisar se o ordenamento jurídico brasileiro oferece proteção suficiente ao trabalhador idoso diante dessas situações, considerando principalmente os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade. **Métodos:** revisão bibliográfica e análise da legislação brasileira, com base na Constituição Federal, Estatuto da Pessoa Idosa e normas trabalhistas, além de doutrinas, revistas acadêmicas e artigos científicos sobre o tema. **Resultados:** destacam-se duas possibilidades: a primeira é que a legislação existente pode ser considerada eficiente, já que há normas que proíbem discriminações e garantem direitos ao idoso; o maior problema é a falta de aplicação prática e fiscalização adequada; já a segunda possibilidade é o reconhecimento de que, apesar da proteção constitucional e do Estatuto da Pessoa Idosa, ainda existem lacunas importantes, especialmente porque a CLT não trata de forma específica e direta a proteção do trabalhador idoso, o que acaba dificultando o enfrentamento efetivo do etarismo no ambiente laboral. **Conclusão:** ainda existem falhas relevantes na legislação trabalhista quanto à proteção do trabalhador idoso,

XXII MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade Inovação Universitária: o elo entre a iniciação científica e o perfil empreendedor
Centro Universitário de Formiga
Formiga-MG, 25 e 26 de agosto de 2026
ISBN: 978-85-64736-23-8



tornando necessária a atualização normativa, bem como o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão, programas de capacitação profissional, incentivo à contratação e permanência de pessoas idosas, além de maior fiscalização das empresas e conscientização social, para que o envelhecimento não seja motivo de exclusão e para que o trabalhador idoso tenha oportunidades reais e dignas no mercado de trabalho.

Palavras-chave: envelhecimento populacional; etarismo; trabalhador idoso.

ISBN: 978-85-64736-23-8



EDUCAÇÃO CIENTÍFICA CRÍTICA EM TEMPOS DE DESINFORMAÇÃO: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19[1]

Estela Oliveira Mendes Lopes[2]; Aline Bertilha Carlota Faria[3]; Heslley Machado Silva[4].

[1]Informação sobre o trabalho - tema: Educação científica crítica em tempos de desinformação: percepções de professores de Ciências sobre a pandemia da COVID-19;
[2]Informação sobre os autores - Graduanda em Fonoaudiologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[3]Informação sobre os autores - Graduanda em Fonoaudiologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG;
[4]Informação sobre os autores - Prof. Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário de Formiga (Brasil).

RESUMO

Introdução: A pandemia da COVID-19 evidenciou a relevância da ciência e os impactos da desinformação, reforçando a necessidade de uma educação científica crítica. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar as percepções de professores de Ciências da Educação Básica sobre seu papel na promoção da alfabetização científica durante a pandemia. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e interpretativa, realizada com 11 docentes de escolas públicas e privadas de Formiga (MG) e municípios vizinhos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados pela metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). **Resultados:** Os resultados indicam que os professores reconhecem a pandemia como um marco para a valorização do ensino de Ciências e destacam a importância de desenvolver o pensamento crítico, a avaliação de evidências e o enfrentamento das fake news. **Conclusão:** Conclui-se que a educação científica é fundamental para formar cidadãos críticos, capazes de lidar com a desinformação e tomar decisões baseadas em evidências.

Palavras-chave: educação científica; desinformação; COVID-19.

ISBN: 978-85-64736-23-8